

A Contrarrevolução do Nosso Tempo

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Não queremos perder nada do nosso tempo: talvez existam mais belos, mas esse é o nosso. Temos apenas essa vida para viver, em meio a *esta* guerra, a *esta* revolução (Sartre).

Os anos 60 do Século XX foram um momento de transformação cultural e de grandes esperanças. Depois do pesadelo das duas grandes guerras, a humanidade parecia voltar a acreditar em um mundo melhor, mais republicano, mais solidário, no qual os valores universais fossem algo mais do que um simples desejo ou dever ser. A ideia de progresso, que morrera em 1914, parecia renascer. O período entre 1945 e 1970 foi de grande desenvolvimento, as taxas de crescimento econômico por habitante em todo o mundo bateram todos os recordes mais do que dobrando em relação ao século anterior. Por isso esse período foi denominado os Anos Dourados ou os Anos Gloriosos do capitalismo. Enquanto isso, no plano político, as esperanças em um mundo mais democrático e mais justo ganhavam força. Já os anos 50 haviam sido anos de progresso: os anos da Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas, da revolta de Budapeste, da independência das antigas colônias na África e na Ásia, do surgimento da ‘teoria econômica do desenvolvimento’ buscando a superação da pobreza e das diferenças econômicas nacionais, das filosofias existencialistas e personalistas que afirmavam a responsabilidade de cada um de nós pelas nossas ações, do neo-realismo no cinema italiano, e dos *beatniks* começando uma revolução cultural. Mas foi nos anos 60 que o movimento transformador ganhou força, com o crescente ativismo e capacidade reivindicatória dos sindicatos, com a Revolução Estudantil de 1968, com a revolução política da Igreja Católica principalmente na América Latina, com a Primavera de Praga, a nova independência sexual e pessoal das mulheres a partir da pílula anticoncepcional, a revolução cultural dos hippies, a explosão dos Beatles, a *nouvelle vague* na França, o cinema novo e a bossa nova no Brasil. Na própria China, a Revolução Cultural inscreveu-se nesse quadro, mas, afinal, como acontece quando as utopias se radicalizam, tornou-se intolerante, contra o próprio pensamento que lhe deu origem, e, por isso, totalitária.

É claro que nem tudo foram rosas. Além da Revolução Cultural, a guerra do Vietnã aconteceu nessa década, e foi um dos momentos de mais alta irracionalidade e barbárie dos tempos modernos. Uma tese discutível – a teoria do dominó, segundo a qual os países cairiam sucessivamente, um a um, nas mãos do comunismo se não houvesse a intervenção – aplicada de forma equivocada ao povo do Vietnã cujo governo estava interessado em realizar sua

Luiz Carlos Bresser-Pereira é Professor Emérito da Fundação Getúlio Vargas.

bresserpereira@gmail.com, www.bresserpereira.org.br. Este ensaio, escrito em 2004, não foi submetido a editora e publicado. Boa parte dele é o prefácio da terceira edição de *As Revoluções Utópicas dos Anos 1960*, São Paulo: Editora 34, 2005. Agradeço aos comentários de Philippe Faucher, Hélcio Tokeshi, José Marcio Rego, Olgária Mattos e Tereza Menezes.

revolução nacional, levou os Estados Unidos a fazerem uma guerra implacável e imperial, que indignou o mundo todo e os democratas americanos. A própria Guerra Fria chegou a um momento de real risco no episódio dos mísseis russos levados para Cuba. Na América Latina, os anos 60 foram trágicos porque, devido à revolução cubana e ao radicalismo de esquerda e de direita que provoca, um processo de dominó não de revoluções comunistas mas de golpes militares modernizantes com apoio dos Estados Unidos, que começou no Brasil em 1964, passou pela Argentina e o Uruguai, e terminou no Chile em 1973. Foram também desastrosos porque aqueles golpes levaram uma esquerda ressentida a adotar a teoria da dependência que, ao negar a possibilidade da existência de empresariados nacionais, enfraqueceu decisivamente a ideia de nação na região, e tornou seus países mais vulneráveis à dominação. Não obstante estes fatos, os anos 60 foram anos de transformação e de esperança, em que o mais nobre dos objetivos políticos – o da justiça – pairou alto entre as expectativas de todos.

Desde que o capitalismo e a modernidade se tornaram realidade, as sociedades que incorporam suas estruturas, valores e instituições, que se modernizaram, experimentaram o desenvolvimento econômico, político e social. A modernidade nasce na Renascença e chega ao auge no Século XVIII, com a crença na razão e no progresso. De acordo com o otimismo iluminista, a razão, através da ciência, da moral, e das artes, traria aos homens não apenas o progresso material, mas a liberdade, a justiça, e a própria felicidade. Os conservadores se opuseram a essa visão, mas quando ela entrou em crise, com as duas grandes guerras do Século XX, não foi ele que emergiu vitorioso no pós-guerra, mas uma ideia renovada de progresso agora pensado em termos de desenvolvimento econômico e avanço da democracia, de autonomia pessoal e responsabilidade cívica. Forma-se assim uma concepção emancipatória da modernidade, cuja matriz, como lembra Rouanet, é o projeto civilizatório da Ilustração.¹ Foi essa ideia de progresso que minha geração aprendeu. Foi essa a visão que Habermas, por exemplo, foi capaz de formular e transmitir. Renovava-se a crença na força transformadora da razão, mas com a consciência das suas próprias condicionantes, ao mesmo tempo que se valoriza indivíduo responsável de que nos falava Sartre em 1946.² Nessa linha geral de pensamento, para Alain Touraine, “não há modernidade sem racionalização; mas também sem a formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável em relação a si próprio e à sociedade”. Essa racionalização, porém, não deve ser reduzida à sua forma instrumental, e o indivíduo dessa modernidade possível transforma-se em Sujeito, na medida em que o homem deixe de ser o simples projeto de Deus ou das normas sociais, e que “o princípio central da moralidade se torne uma liberdade, uma criatividade que é seu próprio fim e se opõe a todas as formas de dependência”³. A verdade deixava novamente de ser puramente relativa, para ser o resultado modesto e provisório mas possível da ação comunicativa.

O Retrocesso

No final dos anos 60, escrevi dois ensaios sobre dois episódios que refletiam as grandes transformações e as grandes esperanças desse tempo: a revolução estudantil e a revolução política na Igreja Católica.⁴ O que aconteceu depois? As duas revoluções terminaram: a revolução estudantil foi só um momento; a mudança na Igreja Católica perdeu força na América Latina e foi interrompida a nível mundial a partir do longo papado de João Paulo II. O retrocesso conservador, porém, não se limitou às duas revoluções utópicas. Foi mais geral. Nestes últimos 35 anos houve progresso técnico e material, a renda por habitante continuou a crescer ainda que a em ritmo mais lento, mas estes foram tempos contrarrevolucionários, tristemente

conservadores, foram um momento em que a ordem prevaleceu sobre a justiça, e que a violência ressurgiu com força apesar dos avanços democráticos. Apesar de o desenvolvimento científico e econômico terem continuado a ocorrer de forma acelerada, e de o mundo ser hoje mais próspero do que era então, é impossível não reconhecer que o mundo tornou-se mais desigual e injusto, e, o que é pior, mais inseguro. Que o envolvimento cívico das pessoas diminuiu enquanto o individualismo avançava em quase toda parte. Que a renda, que se desconcentrava depois da Segunda Guerra Mundial, voltou a concentrar-se em quase todos os países. Que um grande número de países em desenvolvimento continuaram à margem do processo de desenvolvimento. Que o crime organizado, o tráfico de drogas, de mulheres e crianças, e o terrorismo ganharam novo impulso. Que o crime continuou grassar nas grandes cidades da periferia do sistema capitalista.⁵ E que a ameaça de guerra, que nos anos 60 era ainda concreta, mas depois foi desaparecendo à medida em o sistema econômico estatal soviético, que fora efetivo em proporcionar a industrialização pesada inicial, mostrava-se agora ineficiente para coordenar uma economia muito mais complexa, voltou paradoxalmente a ser real.

O individualismo e o conservadorismo do nosso tempo, assim como o crescente desencanto e cinismo da própria classe média que nos anos 60 era a principal fonte da mudança, não precisam ser aqui demonstrados. Robert Putnam demonstrou essa tese amplamente em relação aos Estados Unidos. O espírito cívico, expresso no capital social, na existência de redes sociais e particularmente de organizações cívicas, que aumentava até os anos 60, a partir da década seguinte entra em claro processo de retrocesso. “Nos anos 60, diz ele, os grupos comunitários na América pareciam estar no limiar de uma era de expansão e envolvimento... Nas últimas décadas do Século XX... começaram a desaparecer”.⁶ Depois de um momento de grandes mudanças é normal que a ordem volte a ser colocada em primeiro lugar. E, como mostrou Hirschman, depois que uma geração coloca todas as suas esperanças na transformação social e as vê frustradas, é de se esperar que a próxima se volte para os interesses individuais ou mesmo que se torne cética e cínica.⁷ Bárbara Ehrenreich, escrevendo sobre a classe média profissional, que por sua própria ubiqüidade caracteriza o mundo dos países ricos, observou que a jornada intelectual, política e moral dessa classe, foi uma história que começa com o clima de generosidade e otimismo nos anos 60, para terminar em cinismo e em um auto-interesse cada vez mais estreito.⁸ Por outro lado, os dados sobre o aumento da concentração de renda, a redução das oportunidades de mobilidade social, e o aumento da violência estão em toda parte. Vejam-se, por exemplo, os dados referentes aos dois primeiros problemas, e portanto ao problema da justiça social, nos Estados Unidos. De acordo com pesquisa realizada pelo Economic Policy Institute, de Washington, enquanto em 1979 e 2000, os 20% mais pobres tiveram sua renda média aumentando 6,4%, a renda média do 1% mais rico aumentou 184%. Enquanto os 100 principais executivos recebiam em 1979 uma remuneração média anual de US\$1,3 milhões, hoje ela é de \$35,5 milhões: em 1979 a remuneração dos executivos era 39 vezes maior do que a do trabalhador médio, em 2000 essa relação havia aumentado para acima de 1.000 vezes! Por outro lado, segundo pesquisa de Earl Wysong e de dois colegas, os três da Universidade de Indiana, a mobilidade social nos Estados Unidos caiu verticalmente: em 1978 23% dos adultos que nasceram entre os 20% mais pobres da população haviam alcançado o quinto mais alto; em 1998, essa percentagem caiu para apenas 10%. *The Economist*, que relatou esses dados, comenta: “Em qualquer setor que você olhe os Estados Unidos de hoje você verá elites aperfeiçoando a arte de se autopropetarem. Os Estados Unidos são cada vez mais parecido com a Grã-Bretanha imperial, com dinastias proliferando, grupos sociais

entrecruzando-se, mecanismo de exclusão social ganhando força, e a diferença entre as pessoas que tomam decisões e moldam a cultura e a vasta maioria dos trabalhadores aumentando”.⁹

A partir da redução das taxas de lucro e de crescimento que ocorre nos anos 70, o conservadorismo, que nos 30 anos anteriores havia se encolhido, voltou com força. Na alta modernidade dos Anos Dourados, a modernidade envolvia uma mudança profunda de valores e de moral – a autonomia das mulheres, a nova sexualidade, o respeito ao homossexualismo, o aumento dos divórcios – que vai ter como reação o neoconservadorismo do nosso tempo. Era o novo individualismo que está surgindo em substituição ao individualismo clássico, burguês e liberal, centrado nos valores familiares e na ideia de realização pessoal através do trabalho, a um tipo de individualismo que, na sua melhor manifestação, adicionava ao liberalismo o espírito republicano, a responsabilidade cívica. O individualismo dos anos 60 foi um individualismo de transição, marcado por grandes ideais, mas no qual já estão presentes de forma contraditória os aspectos hedonistas atuais, como pudemos ver bem no filme recente de Bertolucci sobre aquele momento, “Os Sonhadores”,¹⁰ os aspectos libertários (“É proibido proibir”), e os aspectos republicanos que aparecem em todas as revoluções utópicas da época.

Já o novo individualismo da contrarrevolução do nosso tempo perde suas contradições. É narcisista e hedonista.¹¹ O novo individualismo transforma o sujeito na medida de tudo, orienta-se para a realização profissional e pessoal a partir de um pressuposto de liberdade, à qual entretanto, não se soma a responsabilidade cívica. Pelo contrário, é um individualismo muitas vezes cínico, no qual a ideia de liberdade e de fruição se realiza em um quadro de relativismo moral em que tudo é permitido. Esse individualismo exacerbado ganhou nova versão e nova força a partir da vitória do capitalismo sobre o estatismo soviético, indevidamente confundido com socialismo. Se não era mais possível pensar coletivamente em um mundo melhor para todos, se as ideias socialistas, mesmo as democráticas e moderadas, pareciam inviáveis, seria sempre possível a cada um de nós cuidar de si próprio. Não haveria mais a possibilidade de um destino comum, mas, imaginou-se, seria possível haver um destino individual, independente. Cada indivíduo, ou, mais precisamente, cada membro das classes mais favorecidas, agora livre da restrição de sobrevivência e portanto dotado de relativa autonomia na definição de sua própria vida, poderia se pensar como o centro do universo, como a razão de ser do próprio mundo, e dedicar-se à fruição narcisista de si próprio.

A descrença individualista em um mundo melhor, que se tornou dominante a partir dos anos 70, tem no plano cultural sua expressão mais clara no pós-modernismo. Gilles Lipovetsky fala sobre esse individualismo marcado pela “explosão das aspirações de autonomia subjetiva em todas as camadas sociais, nas diversas categorias etárias e de sexo. É assim que se impõe a figura de um individualismo pós-moderno, desligado tanto dos ideais coletivos quanto do rigorismo educativo, familiar, sexual”.¹² Enquanto havia na modernidade do após-guerra – depois da irracionalidade das duas grandes guerras, a razão parecia novamente poder prevalecer –, um novo otimismo e uma nova crença na racionalidade; enquanto naquele momento as grandes figuras do modernismo cultural, que surgira no começo do século, chegavam à consagração reconstruindo o mundo e a razão de maneira inovadora e crítica, no movimento cultural pós-moderno, a crença na razão se não desaparece perde força.¹³ Voltamos ou ao desespero, ou à relativismo, quando o pós-modernismo assume caráter filosófico, ou caminhamos para o multiculturalismo, quando as demandas legítimas das culturas minoritárias ou subordinadas encontra na modernidade um obstáculo à sua própria legitimação. Fica clara, então, a relação de conflito entre as aspirações de racionalidade e universalidade do mundo

moderno e globalizado, e a crescente fragmentação e complexidade desse mesmo mundo, no qual os indivíduos se sentem confusos senão perplexos diante da incrível variedade dos insumos informativos que recebe todos os dias.¹⁴ A terceira e mais generalizada expressão do pós-modernismo, porém, ocorre quando a recusa das ideias e normas universais se torna enraizada na realidade social. Nesse momento, como sugere Frederic Jameson,¹⁵ o pós-modernismo assume a forma do pastiche: além de ser um reflexo do “capitalismo multinacional e do consumo”, constitui uma reação aos excessos da modernidade e do modernismo, está então relacionado ao neoconservadorismo. Ou seja, nesse ponto, o novo individualismo e o neoconservadorismo se aproximam, embora de forma contraditória. O neoconservadorismo será uma reação ao novo individualismo hedonista, embora os representantes deste últimos sejam eles próprios conservadores do ponto de vista político (não do ponto de vista moral). O conservadorismo sempre se opôs à modernidade (da qual o modernismo foi uma das expressões limite), desde que esta emerge na Renascença, em nome dos valores e da moral tradicional, baseada na religião. A nova onda conservadora, porém, terá uma característica particular: será neoliberal, e, portanto, uma expressão do capitalismo e do mercado. No Século XIX, o liberalismo revolucionário chocara-se com o conservadorismo que se opunha ao capitalismo. Agora, o neoconservadorismo apóia o progresso técnico e o mercado, mas ele só logra essa compatibilização, conforme observa Habermas, a partir da crença na possibilidade de se estabelecer um divórcio entre a esfera econômica e a cultural. Enquanto para o neoconservador a economia capitalista pode e deve continuar a se expandir, no plano cultural a esperança está no reviver da religião e dos valores tradicionais que ela ensina. Essa será a única forma de por um freio ao modernidade individualista e hedonista, baseada na expectativa de ilimitada realização pessoal.¹⁶ Esse novo conservadorismo neoliberal condena a nova autonomia humana que identifica com licenciosidade, redescobre o mercado auto-regulado, ataca o Estado e a política em nome da eficiência, subordina a democracia a essa mesma racionalidade instrumental, reinventa a ideia de progresso agora identificada com a inovação, ataca a política em nome da eficiência, e remistifica a ciência com o objetivo de afirmar a autoridade do especialista, do técnico, sobre o povo.

Neste mundo em que as diversas formas de neoconservadorismo assumiram tanta importância, a insegurança e o medo tornaram-se cada vez mais espalhados. O medo não é mais de guerras provenientes de países vizinhos, mas é o medo do terrorismo político, da violência das máfias, das doenças contagiosas associadas à miséria, e dos pobres do resto do mundo que emigram para os países ricos. O medo sempre existiu e existirá em todas as sociedades. Alguns medos são reais, como o medo de uma conflagração nuclear durante os primeiros 30 anos da Guerra Fria. Em qualquer circunstância, o medo pode ser avaliado e enfrentado de forma relativamente racional. O que vemos hoje, porém, nos Estados Unidos particularmente, é um medo irracional, que leva a respostas ainda mais irracionais. Medo que aparece de maneira tão sugestiva em “Land of Plenty”, de Win Wenders.¹⁷ Medo que provoca reações anti-americanas igualmente irracionais, que ignoram como é forte dentro desse país, principalmente na sua costa Leste e Oeste, a reação contra as políticas neoconservadoras. O medo é sempre a angústia diante do desconhecido, diante do inseguro. Desconhecido que ameaça a ordem a ser conservada, a segurança a ser preservada a qualquer custo. Enquanto o progressista está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça, a opção conservadora é sempre pela ordem, pela segurança. Uma opção que muitas vezes é legítima, porque a segurança é o bem maior, porque condição para os demais, que a política e o Estado devem garantir aos cidadãos nas democracias. Mas uma opção que se torna perigosamente irracional quando guiada pela angústia e o medo. A angústia diante

do desconhecido e a busca prioritária da segurança ou da ordem sempre dominaram o pensamento conservador. Nos Estados Unidos, nos anos 80, quando já havia um claro declínio do poder soviético, o governo Reagan usou o medo como argumento para novamente elevar as despesas com armamentos, e, o que é mais importante, obter o apoio dos eleitores. Conforme observou Noam Chomsky, comentando essa época, “você precisa de alguma coisa para amedrontar as pessoas, para impedi-las de prestar atenção àquilo que está realmente acontecendo a elas. Você precisa de alguma forma despertar medo e ódio para dar vazão ao descontentamento decorrente das condições econômicas e sociais”.¹⁸ É verdade que o conservadorismo da época tem uma característica particular, que hoje vai desaparecendo. É neoliberal, e, por isso, contraditória: alia o conservadorismo social e político a reformas que tornem o mercado e o risco econômico maiores. Talvez por isso, Ulrich Beck e Anthony Giddens caracterizaram a sociedade contemporânea como a ‘risk society’.¹⁹ Depois do 11 de setembro de 2001, porém, nos Estados Unidos, super-poderoso no plano militar, e onde o capitalismo parecia triunfante, o medo tornou-se mais presente, quase avassalador. A cultura do medo é antiga naquele país, e serviu durante a Guerra Fria para justificar as despesas com armamentos. Quem não se lembra da noção de complexo militar-industrial, que o presidente Eisenhower há tanto tempo denunciou? Ou da guerra do Vietnã? Mas naquele tempo, era o próprio capitalismo que se sentia ameaçado. Agora, era apenas a hipótese absurda da repetição em massa de atos terroristas que fundamentava o medo, mas essa hipótese revelou-se suficiente para que os novos conservadores e os novos fundamentalistas cristãos declarassem guerra não mais a um outro país – já que no Sistema Global não existem inimigos desse tipo entre os grandes países – mas ao terrorismo em geral, e ao islâmico em particular. Dessa forma, através de uma profecia auto-realizada, a ‘guerra de civilizações’ se materializava. Ou seja, o mundo, que através da longa e dura institucionalização de um Sistema Global, centrado na Organização das Nações Unidas, havia rejeitado a barbárie, voltava a ela sob o signo do conservadorismo e do medo.

Da mesma forma que o liberalismo foi importante para promover a liberdade, e o socialismo ou o ‘progressismo’ é necessário para fazer avançar a justiça, o conservadorismo faz sentido em uma sociedade em transformação na medida em que busca colocar ordem na mudança. Entretanto, quando a mudança tecnológica se acelera explosivamente, como aconteceu na segunda metade do Século XX, e repercute de forma poderosa na esfera da vida social, a busca da ordem facilmente deixa de se inspirar na razão e passa a ser dominada pelo medo. É nesses momentos que mesmo os progressistas e liberais sentem mais necessidade do que nunca de instituições democráticas e de um espaço público de debates que dêem conta do novo, do imprevisto, senão do imprevisível. Mas é também nesses momentos que a sociedade se torna terreno fértil para as diversas formas de milenarismo e de fundamentalismo que vimos ressurgir tanto no mundo dos países pobres quanto dos ricos. O milenarismo – a esperança de mil anos de felicidade sobre a terra profetizada no livro *Apocalipse* – marcou sempre o cristianismo e foi um dos componentes da identidade dos Estados Unidos desde a sua fundação. Somado ao caráter apostólico tanto do cristianismo quanto do islamismo, o milenarismo pode levar às graus elevados de irracionalidade. Já o fundamentalismo – a observância rigorosa à ortodoxia de doutrinas religiosas antigas – é uma reação à modernidade ou à mudança irracional por definição. Como vimos nos Estados Unidos nos últimos anos, não é uma prerrogativa das sociedades atrasadas, mas a reação de sociedades ameaçadas pela mudança. Essa ameaça pode ser mais imaginária do que real, como temos visto principalmente na sociedade americana. O terrorismo se fez ali presente de maneira efetivamente amedrontadora uma única vez, no 11 de

setembro, mas este fato foi suficientemente traumático para que a reação conservadora aumentasse e se transformasse em pura irracionalidade através dos novos fundamentalismos religiosos e políticos – e de um messianismo de quem se considera o povo eleito.²⁰ A presença forte do neoconservadorismo religioso desde os anos 70, como reação à mudança econômica e tecnológica acelerada por que o país passava sem cessar, facilitou a manipulação política do medo. O 11 de setembro, porém, causou tanto impacto na sociedade americana porque pela primeira vez, desde 1812, descontado o caso particular de Pearl Harbor, os Estados Unidos sofriam um ataque em seu território. A *hubris* da potência hegemônica foi então diretamente provocada. Ficou então patente o quanto a angústia do poder, originada nas novas responsabilidades que o país assumiu ao ascender à condição de potência hegemônica, materializou-se no sentimento de ultraje à honra nacional. Mas não foi só nos Estados Unidos que as atrocidades do 11 de setembro deram origem a uma reação conservadora e autoritária, também na Rússia, o presidente Putin usou o mesmo tipo de argumento para esmagar a Chechênia, e na Turquia, o governo se apropriou do mesmo para continuar a reprimir os Kurdos.²¹

O fundamentalismo cristão está, portanto, fortemente relacionado com o medo da mudança e a sua manipulação. A situação não é diferente em relação ao fundamentalismo islâmico nos países do Oriente Médio. Ali também o fundamentalismo é o resultado da ameaça representada pela mudança. Nesta caso, porém, a ameaça não é tecnológica, nem está relacionada com um eventual e pouco provável ataque terrorista mais generalizado, mas é real e concerne a toda a população: é a ameaça que veio e vem dos países ricos, primeiro da Europa, depois dos Estados Unidos. Uma ameaça que começou porque as grandes nações estavam interessadas no petróleo, e que se prolongou quando o Estado de Israel passou a ser o aliado por excelência dos Estados Unidos na região durante a Guerra Fria. Uma ameaça que se mantém até hoje, apesar do acesso ao mercado estar aberto a todos e a Guerra Fria haver terminado, porque os líderes americanos conservadores se mostram incapazes de compreender que as razões objetivas para manter a região sob contínuo cerco desapareceram. Ou, se o compreendem, nem por isso diminuem sua pressão, como vimos na Guerra do Iraque, onde não havia sequer um governo fundamentalista, mas apenas uma velha e impiedosa ditadura secular. Não fazendo sentido alegar o problema do petróleo, e tendo terminado a Guerra Fria, alegaram perigos inexistentes, e decidiram iniciar a ‘guerra ao terrorismo’, quando o terrorismo é algo que se combate com polícia e inteligência do mais alto nível, não com guerra. E justificaram sua ação com argumentos que só o fundamentalismo explica. Ora, diante de ameaças desse tipo não são novas. Lembremos, por exemplo, da violência imperial proveniente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, de que foi vítima o primeiro ministro democraticamente eleito do Irã, Mohammed Mossadegh, em 1953, quando tentou controlar nacionalmente a indústria do petróleo do país. Face a situações como essa, ou à corrupção generalizada que caracterizam com frequência os governos apoiados pelas grandes potências na região, o recurso das sociedades do Oriente Médio ao fundamentalismo é uma consequência quase natural. Diante da necessidade de organizar a resistência, e realizarem sua própria revolução nacional, essas sociedades apelam para uma solução religiosa, autoritária senão totalitária, e irracional.

Nas sociedades mais avançadas, jamais os homens e mulheres estiveram tão próximos dos grandes objetivos políticos de ordem, liberdade, bem-estar e justiça. A teoria das esferas de justiça de Michael Walzer mostra bem como isto foi possível, como a existência de esferas relativamente autônomas, reduzindo a possibilidade de os ricos terem, por exemplo, uma educação substancialmente melhor do que a classe média, e esta uma educação muito melhor

do que a oferecida aos pobres, é um fator a promover a igualdade de oportunidades e a própria justiça.²² # No entanto, mesmo nelas, a impressão que se têm é de confusão e perplexidade. Por outro lado, entre os países de desenvolvimento médio, como o Brasil, embora o desenvolvimento político continue a ser um fato, a democracia avançando a passos largos, o desenvolvimento econômico caminha lentamente desde os anos 80. Esses países, com a exceção de alguns países asiáticos, vêm a distância que os separa dos países ricos aumentar ao invés de diminuir, e não sabem como explicar o que ocorre. Sabem apenas que seus governos aceitaram sem muita resistências os sábios conselhos e as devidas pressões vindas do Norte. Finalmente, temos os países pobres, principalmente na África. No pós-guerra procuraram montar Estados planejados e se perderam no estatismo e na corrupção; a partir dos anos 80, subordinaram-se às instituições internacionais, mas só lograram se endividar, e se mantêm estagnados e imersos na armadilha da pobreza. Suas elites buscam organizar-se politicamente, mas não surpreende que estejam mais confusas que as dos países mais avançados.

Na América Latina, o processo de democratização, que tomara impulso com o fim da guerra, foi interrompido, ainda nos anos 60, com a instauração, nos quadros da Guerra Fria, de regimes militares apoiados pelos Estados Unidos; só a partir dos anos 80 sociedades como a brasileira e a argentina, cujo desenvolvimento social e político já não comportavam regimes autoritários, logram restabelecer a democracia. Nesta década, porém, o processo de desenvolvimento desses países, e, mais amplamente, dos países de desenvolvimento médio, perde alento, ao mesmo tempo que as formas imperiais em relação à periferia do mundo capitalista, que pareciam haver sido condenadas para sempre com o fim das colônias, ressurgiram de maneira aberta ou disfarçada, usando o poder de pressão das grandes potências e agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O instrumento da dominação agora é o globalismo – ideologia gêmea do neoliberalismo – que interpreta a globalização como um sistema no qual as nações perderam relevância. Desta forma busca-se retirar dos países de desenvolvimento médio, como o Brasil, seu instrumento por excelência de ação coletiva, ao mesmo tempo que os próprios países ricos o conservam ciosamente. Quando parecem não fazê-lo, como acontece com os países europeus, é porque estão construindo um estado nacional europeu. A todos os países em desenvolvimento, inclusive os mais pobres, o centro desenvolvido, que chamarei também de Norte, ou de Washington e Nova York,²³ impõe ou tenta impor o caminho único (ou o ‘straightjacket’, na expressão precisa de um dos ideólogos do sistema), que tem o condão de inviabilizar a formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Escapam apenas alguns países asiáticos que decidem escolher eles próprios, conscientes de seu interesse nacional, a própria via de desenvolvimento capitalista.

Nos anos 90 a revolução neoliberal parecia vitoriosa em toda parte. As revoluções utópicas dos anos 60 haviam buscado o ‘homem novo’, valores qualitativamente novos, a simplicidade de vida, a liberdade radical, a criatividade artística. A revolução neoliberal também buscou a revolução cultural, mas foi mais além, pois criou ou re-criou um novo homem, egoísta, narcisista, competitivo, atrofiado no pensamento e na sensibilidade. No plano econômico, o pensamento único neoliberal tem agora receitas claras para os países em desenvolvimento. Além da abertura comercial, que em muitos casos era necessária, logram agora impor a esses países uma política que será também para eles um fato novo com graves conseqüências: a abertura das contas financeiras. A nova ordem, agora, consiste em crescer com poupança externa, é disputar investimentos e financiamentos estrangeiros.²⁴ O fracasso dessa estratégia, entretanto, logo se faz sentir, primeiro através de crises financeiras no México (1994), na Ásia (1997), na Rússia (1998), no Brasil (1999), e na Argentina (2001). Segundo, através do simples

fato de que quanto mais um país adota o straightjacket, ou seja, adota as recomendações vindas de Washington e Nova York, menos se desenvolve. Os países dinâmicos da Ásia, que continuam (Taiwan, Coreia, Malásia) ou passam a implantar o sistema capitalista de forma independente a partir dos anos 80 (China principalmente), são os únicos que se desenvolvem.

O novo radicalismo liberal não se limitou a ter conseqüências negativas sobre as taxas de crescimento econômico e a aprofundar a concentração de renda nos países em desenvolvimento. Também nos países ricos, seus excessos foram desastrosos. Tome-se, por exemplo, a área dos medicamentos. A privatização da pesquisa científica nessa área, e a sua transformação em mera fonte de lucro, caminhou a passos largos. Segundo informa o professor da Escola de Medicina da Universidade de Harvard, John Abramson, antes de 1980 a maior parte das pesquisas clínicas era financiada com fundo público. A partir do governo Reagan, porém, o quadro muda: os recursos para a pesquisa científica na área são reduzidos, e os pesquisadores são obrigados a solicitar recursos das empresas, ou então trabalhar nelas. No início dos anos 90, 70% das pesquisas eram patrocinadas pelas empresas, mas 80% delas continuavam a ser realizadas nas universidades. Em 2000, esse número havia sido reduzido para 35%. Qual a conseqüência? O professor não tem dúvida: “o conhecimento médico-científico foi transformado em propriedade comercial, cuja função é dar dinheiro aos patrocinadores, não a nossa saúde”.²⁵ Para se ter uma ideia do retrocesso ocorrido na área – retrocesso não da própria pesquisa, que continuou a avançar, mas da forma de financiá-la e de distribuir seus frutos – basta lembrar que o dr. Albert Sabin, quando inventou a vacina contra a poliomielite, nos anos 50, o fez com fundos públicos, e jamais passou por sua cabeça que poderia ficar rico com isso, ou que aos pobres poderia ser negada sua vacina porque laboratórios monopolistas cobravam preços absurdos.²⁶ Um tema que o livro aborda é o da captura crescente da agência reguladora de medicamentos dos Estados Unidos, a Federal Drugs Administration, pelas empresas farmacêuticas, ao aprovar medicamentos que um pouco depois se revelam condenáveis. Aqui temos um típico paradoxo do neoliberalismo. Nos anos 70, um notável economista liberal da Universidade de Chicago, George Stigler (1971), verificou que as agências reguladoras, nos Estados Unidos, eram com freqüência capturadas pelas empresas reguladas, e ofereceu, como solução, a desregulação generalizada para que o mercado realizar seu papel regulador.²⁷ Em seguida, começa a onda neoliberal, que além da desregulação demanda a privatização. Ora, a proposta de desregulação era irrealista, já que os mercados em muitos setores são muito imperfeitos, não tendo a menor condição de auto-regulação. A privatização, porém, principalmente de serviços públicos monopolistas, não era aplicável aos Estados Unidos, onde esses serviços já estavam privatizados, mas a outros países, principalmente nos em desenvolvimento, onde foi amplamente praticada. Enquanto a privatização de setores competitivos era correta, a privatização de monopólios ou quase-monopólios naturais era pelo menos discutível. Em conseqüência, aumentou-se, ao invés de se diminuir a necessidade de regulação, sem, naturalmente, que se resolvesse o problema da captura das agências reguladoras. Pelo contrário, em certos casos, como no da FDA, houve um claro aumento dessa captura na medida em que os interesses das empresas aumentavam porque passavam a responder pelo maior parte dos custos da pesquisa. Temos, assim, na área da saúde, uma situação paradoxal. Nunca a medicina foi tão avançada, nunca se produziram medicamentos tão sofisticados, mas como seu consumo passou a ser determinado cada vez mais pelas necessidades mercadológicas das empresas, mais se consumiram medicamentos desnecessários.

Que fatos explicam a onda individualista e conservadora? Por que a ordem se sobrepôs à justiça ao ponto de a própria segurança se tornar ameaçada? E por que o interesse próprio

dominou sobre o espírito cívico e republicano com tanta clareza? Poderíamos explicar o novo individualismo e o novo conservadorismo apenas como um movimento cíclico endógeno. À revolução segue sempre a contrarrevolução. Os homens buscam a liberdade e a justiça, mas sabem que a ordem é necessária, e voltam a ela sempre que ela é ameaçada. Poderíamos, assim, explicar porque os estudantes voltaram a estar muito mais preocupados com suas carreiras pessoais do que com os grandes valores dos quais, por um instante, se tornaram portadores. Ou porque a Igreja, depois de um João XXIII, e da transição representada por Paulo VI, voltou-se para o passado com João Paulo II. O movimento contrarrevolucionário, porém, não se limitou a restabelecer a ordem – o objetivo básico que distingue todos os movimentos conservadores. Foi além. O processo de distribuição de renda, de aumento da mobilidade social, e de garantia dos direitos sociais, que vinha ocorrendo em grande parte do mundo desde 1945, paralisou-se. A sociedade tornou-se objetivamente mais injusta. Para compreender as causas mais profundas desta contrarrevolução será preciso buscar os fatos históricos novos que causaram a mudança. Nos dois ensaios sobre as revoluções utópicas dos anos 60 estão analisados os fatos novos que explicam aquelas transformações. Estão relacionados com o fim da Segunda Guerra Mundial, a aceleração das taxas de desenvolvimento econômico, e a transição para a democracia de um grande número de países. Ou, mais precisamente, estão relacionados com as esperanças a que esses fatos deram origem. A partir dos anos 70, porém, começa a contrarrevolução, porque as taxas de lucro e de crescimento econômico caem dramaticamente nessa década, obrigando o sistema capitalista a descobrir formas para reduzir os salários e restabelecer aquelas taxas que são condição de sua sobrevivência. O neoliberalismo será a resposta ideológica a nível interno que os países ricos usarão para esse fim. Porque surgem os ‘novos países industrializados’, que passam a ameaçar o mundo rico com sua mão-de-obra barata, e o leva a terminar com a eventual generosidade que particularmente os Estados Unidos mostraram depois da guerra. O ‘globalismo’ – a ideologia de que os estados nacionais perderam relevância devido à globalização – será a respectiva arma ideológica para conter a nova concorrência vinda do Sul. Porque a grande crise da dívida externa enfraqueceu os países de desenvolvimento médio, tornando-os mais vulneráveis às novas ideologias vindas do centro. Porque o colapso da União Soviética e, portanto, do socialismo real, privou os homens de uma (última?) grande utopia. Porque os Estados Unidos se tornaram grande potência econômica, militar e ideológica do mundo, o que levou suas elites a suporem equivocadamente que haviam se tornado a potência hegemônica ou imperial, e que podiam e deviam repetir o comportamento de impérios do passado. Vamos examinar mais detidamente esses fenômenos.

Busca das causas

Nos anos 60, o mundo aspirava o progresso, e buscava a justiça. Suas revoluções eram utópicas, mas apontavam uma direção para a humanidade. Depois, veio a contrarrevolução. Hoje vivemos em um mundo em que os desequilíbrios entre as nações não param de aumentar, no qual a desigualdade dentro de cada país é crescente, onde o individualismo exacerbado torna as pessoas antes cínicas do que reflexivas, onde o medo irracional faz seu refém a grande nação americana, submetida aos *neo-cons* e *neo-theos* – neoconservadores e neoteológicos.²⁸ Não se imagine, porém, que caminhemos para o desastre. Desde o início dos tempos modernos, a partir da revolução capitalista e da formação dos Estados-nação, surgiu a ideia de progresso – ou seja de que é possível construir um mundo com mais segurança, mas bem estar, mais liberdade, e mais justiça, com o uso da razão. A crença na razão foi talvez exagerada, e foi refutada de

maneira dramática em várias ocasiões – nas duas grandes guerras mundiais do Século XX, nos genocídios e limpezas étnicas, no uso de armas de matança indiscriminada de civis. Mas existe no sistema capitalista uma lógica do progresso que lhe é inerente, e que o distingue dos sistemas sociais e econômicos anteriores. Por isso, apesar da contrarrevolução dos últimos 35 anos, o progresso continua a ocorrer, e não se pode pensar no colapso da civilização ocidental tendo como referência o desaparecimento das civilizações do passado. Não apenas porque o progresso técnicos e científico não pára de ocorrer. Não apenas porque taxas de crescimento positivas, ainda que insuficientes, asseguram padrões de vida melhores em quase todo o mundo. Não apenas porque a democracia, ainda que sempre ameaçada, vem avançando em muitos países. Mas porque a simples possibilidade de progresso desperta em muitos homens e mulheres – não na sua maioria mas em um número suficiente para fazer uma diferença – o espírito republicano necessário para a mudança rumo a um mundo melhor, e desmente as teorias sociais que se pretendem científicas ao postularem o auto-interesse como único motor do mundo.

A contrarrevolução do último quartel do Século XX foi, entretanto, significativa, e não pode ser explicada como simples resultado de um movimento cíclico. É preciso buscar os fatos históricos novos que propiciaram a mudança. Fatos novos que, de alguma forma se encadearam para trazer os resultados negativos, embora alguns deles, como o colapso do comunismo e o fim da Guerra Fria, fosse em si próprio uma vitória da democracia e da paz. Além deles, é preciso buscar os processos histórico-estruturais novos dessa época, que condicionaram toda a mudança. Será possível identificar esses processos e esses fatos históricos novos?

Ainda nos anos 70, dois fatos novos foram fundamentais: de um lado, a redução da taxa de lucro e das taxas de crescimento econômico nos Estados Unidos, acompanhada pelo fim da conversibilidade do dólar (1971) e pela primeira crise do petróleo (1973), que irá dar origem à onda conservadora neoliberal e à crise do Estado; de outro lado, o avanço da globalização, que a transformação dos mercados nacionais em um mercado mundial, e o surgimento dos NICs (newly industrialized countries), que passavam a exportar produtos industriais com mão-de-obra barata, e darão origem à ideologia globalista. No início dos anos 80, um terceiro fato novo, a crise da dívida externa atinge os países de desenvolvimento médio, e neutraliza seu esforço de convergência para os padrões de desenvolvimento do centro. No final da década, um quarto fato histórico novo, o colapso da União Soviética, sinaliza mais do que o simples final da Guerra Fria e a ascensão dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica mundial; marca principalmente o fim do Sistema Internacional do Equilíbrio de Poderes, que prevalecera no mundo desde a Paz de Vestfália (1648), e o início do Sistema Global, que vinha sendo laboriosamente construído desde o final da Segunda Guerra Mundial. Durante esse período que estamos examinando, dois processos histórico-estruturais novos foram particularmente importantes. De um lado a globalização, que levará à formação definitiva do Sistema Global, e, de outro, a Revolução da Tecnologia da Informação. Enquanto os fatos históricos são relativamente pontuais, os processos histórico-estruturais são mais amplos, mas ambos envolvem o novo, a mudança, que pode ser tecnológica, econômica, política, militar. Esses quatro fatos e dois processos novos foram ou estão sendo suficientemente poderosos para modificar o rumo da história, mas não alteram aquelas tendências mais gerais que nela se manifestaram desde que ocorreu o processo de mudança tectônica da sociedade representado pela Revolução Capitalista, que começa com as revoluções comerciais, passa pela formação dos estados nacionais ou nações modernas, e termina com as revoluções industriais viabilizadas pela anterior revolução nacional. Dessa forma, não paralisaram algumas das tendências mais gerais do desenvolvimento capitalista – a melhoria a longo prazo dos padrões de vida, a

urbanização, a redução das taxas de natalidade, a mudança do fator estratégico de produção do capital para o conhecimento técnico, organizacional e comunicativo, a crescente importância econômica e política da tecnoburocracia ou classe média profissional, e o aprofundamento da democracia, com o surgimento de formas participativas e republicanas de administração da coisa pública – mas são suficientemente significativos para explicarem a contrarrevolução do nosso tempo.

Nas páginas que se seguem, vou examinar sumariamente os processos histórico-estruturais novos e os fatos históricos novos referidos, do ponto de vista desta contrarrevolução.

Tecnologia e tecnoburocracia

A Revolução da Tecnologia da Informação teve seus antecedentes nos anos 50 e 60, com a invenção do circuito integrado e do transistor, mas realmente se acelera no momento em que, no campo da justiça e dos valores, a contrarrevolução se desencadeia. Começava então um dos momentos de mudança tecnológica mais extraordinários da história. Por isso é também chamado de Terceira Revolução Industrial. A palavra ‘industrial’, porém, é inadequada, porque a tecnologia da informação mudou não apenas a indústria manufatureira, mas os serviços. E mais do que os serviços, a nossa forma de se comunicar senão de viver. O aumento de produtividade que provocou é tão imenso quanto difícil de ser medido. Através dela foi possível aumentar a produção por homem-hora – ou seja a produtividade estrito senso – mas foi também possível mudar e melhorar de tal forma a qualidade dos produtos existentes, ou criar produtos novos tão extraordinários, como, por exemplo, o telefone celular, que tornaram precárias as medidas de produtividade ou de crescimento da renda *per capita*. No final dos anos 90 discutiu-se muito o surgimento de uma Nova Economia, como decorrência do tecnologia da informação – uma economia na qual os ciclos econômicos seriam superados... O rompimento da bolha especulativa nas bolsas de valores mundiais, em 2000, terminou com tais sandices, mas não rejeitou a hipótese, muito provável, que a partir da Revolução da Tecnologia da Informação o crescimento secular das taxas de crescimento *per capita* possa ter aumentado de cerca de 2 para 3% ao ano, o que significa que a renda passava a dobrar a cada 23, ao invés de a cada 35 anos.

Esta revolução está sendo seguida de uma outra revolução científica e tecnológica cujas conseqüências serão talvez menos importantes no aumento da produtividade, mas mais transformadoras no plano da vida e da moral. Refiro-me, naturalmente, ao desenvolvimento da biotecnologia, com a clonagem de plantas, animais, órgãos humanos, e afinal, provavelmente, de seres humanos. Enquanto a tecnologia da informação não amedronta ninguém, porque apenas potencializa a capacidade de comunicação dos seres humanos, a nova genética é para muitos, principalmente para os conservadores, apavorante. Todos os seus valores tradicionais e religiosos, que foram desafiados pelas descobertas de Darwin no Século XIX, são agora novamente ameaçados. Sem dúvida, a nova tecnologia coloca problemas morais importantes, mas está longe de se constituir em uma ameaça à humanidade. Muito pelo contrário, representa uma esperança de melhor saúde e qualidade de vida para todos. Dessa forma, há na reação conservadora um elemento irracional que, este sim, é perigoso – porque facilmente extravasa a moral e passa para a política, para a lei e o governo das nações.

As duas revoluções tecnológicas, e, particularmente, a da tecnologia da informação têm uma outra conseqüência, de caráter social e político. Marca a mudança do fator estratégico de produção do capital para o conhecimento técnico, organizacional e de comunicação.²⁹ E

consolida a emergência da nova classe média profissional, ou classe dos técnicos, ou simplesmente tecnoburocracia, que se tornou realidade quando a produção deixou de ser realizada principalmente por famílias e firmas familiares para ser realizada por grandes empresas ou organizações burocráticas. Essa mudança foi resultado da Segunda Revolução Industrial, que ocorreu no final do Século XIX. A competência administrativa, que antes era importante apenas na esfera política, na medida em que o Estado já era organizado de forma burocrática, passa a ser a partir de então essencial para a própria produção. Com a Revolução da Tecnologia da Informação, porém, o caráter estratégico do conhecimento técnico e organizacional, que agora passa a incluir o conhecimento comunicativo – a capacidade de construir e operar rede de informações – torna-se ainda mais claro.

Os técnicos ou tecnoburocratas dividem agora o poder e o prestígio com os capitalistas, ao mesmo tempo que estão com eles associados. Da mesma forma que os capitalistas dividem-se em empresários e rentistas, os tecnoburocratas dividem-se, segundo um outro critério, em públicos e privados. Estes são muito mais numerosos, mas têm muito menos importância do que os públicos, porque estão ainda em grande parte subordinados aos proprietários do capital. Já os técnicos públicos, que se situam não apenas no aparelho do Estado propriamente dito, mas também nas universidades, hospitais e demais organizações públicas não-estatais, gozam de uma autonomia política maior, e são mais capazes de expressar seus interesses de classe, ao mesmo tempo que desempenham seu papel de detentores do conhecimento.

Quando Ricardo desenvolveu seu modelo das novas economias capitalistas, trabalhou com três classes. Além da nova burguesia e da nova classe operária, havia a velha aristocracia proprietária de terras. Meio século depois Marx só se interessou em identificar as duas novas classes. Desde meados do Século XX, porém, é impossível compreender as sociedades modernas sem considerar a classe tecnoburocrática ou classe média profissional. Não apenas pelo seu número; não apenas pela sua capacidade de se apropriar do excedente econômico através de ordenados e comissões elevados; não apenas devido ao poder político dos seus membros situados no setor público, entre os quais estão a maioria dos intelectuais e dos políticos. Também porque toda a lógica do sistema econômico e social moderno está subordinada à ideia de racionalidade instrumental, ou de eficiência, ou do desenvolvimento econômico. A burguesia comercial, ao definir o lucro como objetivo, e a industrial, ao passar a incorporar progresso técnico como condição de sua própria sobrevivência, já estavam envolvidas no processo racional do desenvolvimento econômico, mas hoje a classe que comanda o processo de aumento da eficiência ou da produtividade é a tecnoburocrática.

O instrumento principal de controle que a tecnoburocracia privada usa para o exercício do poder é a grande empresa multinacional. Através de fusões e aquisições, o sistema econômico não para de concentrar-se na busca de vantagens monopolistas que só não se materializam plenamente porque a globalização criou novos competidores internacionais. Galbraith, que talvez seja o analista e o crítico mais aguda do sistema que as grandes empresas criaram, declarou em uma entrevista recente, do alto de seus 96 anos: “A economia moderna, representada em sua forma exemplar pelos Estados Unidos, é produto do surgimento de corporações poderosas e de novos métodos de administração empresarial com sua casta de executivos... A crença de que os acionistas e os conselhos de administração detêm a autoridade final nas grandes empresas de capital aberto de hoje em dia persiste, mas é uma fuga da realidade. É um mito. O poder na empresa pertence à administração – à burocracia empresarial.”³⁰

Capitalistas, tecnoburocratas e trabalhadores estão permanentemente em conflito e em cooperação. Entretanto, o conflito entre os capitalistas e os trabalhadores transformou-se no clássico conflito, ao qual Aristóteles deu tanto ênfase em sua *Política*, entre os ricos e os pobres – ou a multidão, como propõe Negri e Hardt. O conflito mais relevante do ponto de vista político, porém, é aquele entre os capitalistas e os tecnoburocratas – um conflito que os primeiros jogam de forma aberta, com a ideologia neoliberal por exemplo, enquanto os últimos operam de forma surda, falando apenas em nome do saber técnico. Os anos 60 foram os últimos em que a classe trabalhadora teve um papel político maior. Desde então foi ficando cada vez mais claro que a alternativa do socialismo democrático era irrealista, pelo menos ainda por um longo tempo, e que o socialismo real não era mais do que expressão de um sistema social estatista, dominado pela tecnoburocracia pública. Na medida em que o estatismo entrou em colapso, com o fim da União Soviética e a transição para o capitalismo da China, ficou claro para todos, paradoxalmente, que os trabalhadores não representavam uma alternativa real aos capitalistas, embora não fossem os trabalhadores os derrotados. Derrotada foi a tecnoburocracia estatal, e a ideia que algum de seus membros alentaram que seria possível substituir os sistemas econômicos modernos, coordenado de forma mista pelo Estado e o mercado, por um sistema coordenado apenas pelo Estado. Mas ficava também clara, pelo caso-limite representado pela União Soviética, a capacidade da classe média profissional de coordenar, em conjunto com a classe capitalista, as organizações que formam o mercado e, através do Estado e da política, a própria sociedade. Se podem coordenar em conjunto, poderiam fazê-lo também sozinhas, continua a supor o capitalista. E dessa forma, não obstante haver ficado demonstrado pela experiência do Século XX que vivemos em sociedades mistas, coordenadas pelo Estado e pelo mercado, reabriu-se ou se manteve aberto o conflito surdo entre a classe capitalista e a tecnoburocrática – um conflito que caracteriza perversamente as sociedades modernas porque dificulta a cooperação entre as classes, um conflito que teve sua manifestação mais clara na onda ideológica neoliberal dos anos 70 aos 90, mas que sobrevive hoje apesar do duplo fracasso: primeiro, do fracasso da experiência soviética, segundo, do fracasso das experiências neoliberais.

O conflito, entretanto, é limitado, porque ao nível de cada nação – e, como veremos, as nações, são hoje mais do que nunca o princípio organizador do Sistema Global – existe um princípio de cooperação básico entre as três classes. Elas podem travar lutas internas, e sempre o farão, mas sabem pertencer a uma nação, e portanto sabem que compartilham história, valores e símbolos pátrios, e que a existência de uma solidariedade básica é condição de sua própria identidade nacional. Sabem que o adversário mais perigoso está fora, não dentro apesar de todas as tentativas de se criarem solidariedades internacionais. E que a nação só existirá se essa solidariedade básica estiver presente.

Os técnicos ou tecnoburocratas emergiram como nova classe, mas, ao contrário do que se poderia supor, isto não significou o fim do capitalismo. Pelo contrário, este está mais forte do que nunca. O mercado regulado pelo Estado continua a ser o mecanismo fundamental de coordenação da economia, o lucro continua a ser um objetivo fundamental, a acumulação de capital, uma forma por excelência de alcançá-lo. Mas o capitalismo mudou. Não é mais simplesmente o capitalismo dos capitalistas. É cada vez mais o capitalismo dos técnicos. O capitalismo em que o desenvolvimento econômico é sempre o resultado de uma estratégia nacional, em que as empresas não buscam apenas o lucro mas também a expansão e o aumento dos postos técnicos, em que a forma de alcançar o lucro é cada vez mais o domínio do conhecimento técnico, organizacional e comunicativo.

O próprio conceito de capital mudou no capitalismo dos técnicos. Até meados do Século XX, estava identificado com o capital físico, e medido através da apuração contábil do patrimônio líquido de cada empresa. Hoje, o capital físico perdeu importância, o que vale é a capacidade de gestão de cada empresa, é o ‘capital-gestão’ que está menos nas marcas e no marketing e mais na cultura da empresa e na capacidade de seus administradores profissionais de gerir de forma flexível seus recursos humanos e físicos em ambiente econômico e social dinâmico e instável. E o método de medir esse capital-gestão não é mais o da apuração do patrimônio líquido, mas o cálculo do retorno de seu fluxo de caixa a uma determinada taxa considerada razoável pelo mercado. A adoção generalizada dessa medida não ocorreu apenas porque é mais ‘racional’ do que a anterior, mas porque ela reconhece a capacidade de uma boa gestão de mudar em pouco tempo os lucros e o valor de uma empresa – e, naturalmente, a capacidade de uma má gestão produzir o resultado inverso.

Queda das taxas de lucro e neoliberalismo

Um fato histórico novo associado ao processo histórico-estrutural da Revolução da Tecnologia da Informação que modificará o mundo a partir dos anos 70 será a queda generalizada das taxas de produtividade e de lucro, que vão importar em uma redução substancial nas taxas de crescimento dos Estados Unidos durante essa década. A associação dos dois fenômenos é na verdade indireta. Não foi a própria transformação tecnológica mas provavelmente sua falta – a falta de um progresso tecnológico que barateasse substancialmente o custo do capital, que levou à queda da taxa de lucro. As manifestações mais conhecidas dos novos problemas que assombravam o sistema econômico foram o fim da conversibilidade do dólar em ouro por um preço pré-determinado (1971), e a primeira crise do petróleo (1973). Subjacente, porém, estava uma resposta maior e mais profunda à crise: o esforço por restabelecer a taxa de lucro.

Conforme demonstrei em *Lucro, Acumulação e Crise*, a taxa de lucro tende a ser constante a longo prazo no sistema capitalista, mas isto não decorre da lógica do mercado, e sim da lógica da política e da economia. O capitalismo só pode sobreviver e prosperar se os capitalistas puderem contar com uma taxa de lucro satisfatória, razoavelmente superior à taxa de juros. Muitos fatores podem contribuir para a queda dessa taxa – razões de ordem tecnológica, principalmente, relacionadas com a adoção de tecnologias capital-intensivas, que eventualmente são dispendiosas ao invés de poupadoras de capital. Sem dúvida, isto já devia estar acontecendo desde os anos 60. A adoção de tecnologias cada vez mais intensivas de capital, que caracterizam a época, implicavam um processo de redução da relação produto-capital ou da produtividade do capital (que pode também ser chamada simplesmente de ‘mecanização’), que promovia a baixa da taxa de lucro média da economia.³¹ Por isso, podemos pensar na Revolução da Tecnologia da Informação como uma reação apropriada ao problema, já que nela verifica-se o inverso, o aumento da relação-produto capital (que, neste contexto, pode também ser chamada de ‘modernização’). Ela pode ter ocorrido por uma simples coincidência, mas na história, e principalmente na história do sistema capitalista, onde princípio de racionalidade está sempre presente, esse tipo de ocorrência nunca é apenas fruto da coincidência – responde também a uma necessidade que o sistema trata de atender.

Entretanto, o sistema capitalista não podia depender de uma resposta tão indireta e impessoal. Algo que os capitalistas jamais subestimam é a possibilidade que a taxa de lucro

esteja sendo reduzida devido às demandas de maiores salários por parte dos trabalhadores organizados, e, portanto, que possa ser recuperada através da redução dos salários diretos e indiretos. Foi provavelmente a partir de um diagnóstico dessa natureza que, a partir de meados dos anos 70, começa nos Estados Unidos e na Inglaterra, primeiro a nível da universidade e dos intelectuais orgânicos do sistema, depois da própria política representada pelo presidente Reagan e a primeira ministra Thatcher, a onda ideológica neoliberal. O objetivo mais geral – embora jamais declarado – é o de restabelecer a taxa de lucro. O meio de atingi-lo, é a redução da remuneração dos trabalhadores e dos estratos médios e baixos da nova classe dos técnicos ou administradores. Entretanto, como o simples recurso à recessão e ao restabelecimento de um exército industrial de desempregados não é uma solução eficiente, dado que dá origem a problemas sociais e políticos graves, e tem o efeito perverso de penalizar os setores capitalistas menos eficientes ou menos auto-protégidos por mecanismos de reserva de mercado, era preciso encontrar uma outra estratégia. Havia um processo histórico-estrutural que já vinha ocorrendo desde os anos 30 do Século XX (já não era ‘novo’, portanto): o extraordinário crescimento do Estado do Bem-Estar, ou Social-Democrático. O crescimento desse Estado foi, de um lado, a resposta ‘keynesiana’ à insuficiência crônica de demanda que caracterizará a Grande Depressão dos anos 30. E foi em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, uma consequência de um lado da nova prosperidade que surge de maneira quase avassaladora durante nos anos 50 e 60, e do avanço da democracia que a vitória na guerra permitiu. Além do Estado do Bem-Estar, porém, crescia também o Estado Interventor, que se mostra capaz de superar a crise econômica através, de um lado, do planejamento indicativo e do investimento em infra-estrutura, e, de outro, da política macroeconômica contracíclica. Ora, esse processo de crescimento do Estado podia ter sido eficiente em resolver os problemas de demanda dos anos 30, e os problemas de coordenação econômica do pós-guerra, mas agora, principalmente o Estado do Bem-estar aparecia ao sistema capitalista antes um custo do que um ativo. Era, certamente, uma forma de salário indireto importante.

Não importa aqui discutir se o sistema tinha ou não razão. Se a transformação do capitalismo liberal em uma economia mista, individualista e social, liberal e planejada, havia sido um progresso ou não. Sem dúvida, o desenvolvimento nunca ocorrera, mesmo no Século XIX, sem que houvesse uma estratégia nacional por trás. Estava claro para quem conhecesse história que o mercado auto-regulado não existe, que o mercado é uma das instituições – certamente a mais importante do ponto de vista da economia – reguladas e garantidas pela instituição maior que é o Estado. Mas no início dos anos 70 a estratégia de aumentar a carga tributária para garantir direitos sociais e aprimorar a alocação de recursos havia ido longe demais: era provavelmente um fator a diminuir o crescimento da produtividade e rebaixar as taxas de lucro. O sistema de segurança social, particularmente, entrou sob ataque sob a acusação de que era um fator de desestímulo ao trabalho. O Estado havia-se transformado em um obstáculo ao desenvolvimento. Era dirigido por uma burocracia rígida e incompetente, que, para os mais radicais, era, por natureza, condenável. A carga tributária crescera demais. O problema não foi entendido como um processo cíclico, conforme foi minha própria interpretação – um processo através do qual se buscava reduzir durante algum tempo as distorções causadas pelo crescimento rápido demais do Estado –³² para ser entendido como um erro essencial, fundamental. Era preciso voltar ao liberalismo econômico mais puro, ao *laissez faire* que teria caracterizado o capitalismo liberal. Era preciso reformar o capitalismo, devolver-lhe a pureza, era preciso privatizar, desregular, liberalizar de forma radical, era preciso reduzir o tamanho e o poder do Estado e deixar o papel de alocar os fatores e coordenar a economia ao mercado, à livre concorrência.

A onda neo-liberal que começa nos anos 70, torna-se dominante nos anos 80, e entrará em declínio a partir de meados dos anos 90 (mas até hoje ainda subsiste) estava alicerçada na ‘melhor teoria econômica’ – na teoria econômica dos prêmios Nobel. A ideologia liberal é inerente à classe capitalista e à teoria econômica. É, por excelência, a ideologia econômica e política da burguesia. Foi através dessa ideologia que a nova classe média de então – a burguesia ou classe capitalista que emergia – logrou, desde o Século XVIII, conquistas notáveis para humanidade: afirmar de um lado o Estado de direito e a garantia dos direitos civis – os direitos à liberdade e à propriedade –, e, de outro, garantir ao mercado um papel maior na coordenação da economia. É também a ideologia da teoria econômica. Em princípio uma ciência não deveria ter uma ideologia correspondente, mas como a economia é a ciência do mercado, uma grande parte do esforço de seus praticantes tem sido dedicado a mostrar a superioridade do mercado sobre a administração na coordenação dos sistemas econômicos. A teoria econômica só ganhou foros de ciência social quando o mercado ganhou suficiente papel na coordenação de economias industriais complexas. Antes da Revolução Industrial, a teoria econômica já começava a aparecer através dos grandes economistas mercantilistas, mas não foi por acaso que Adam Smith tornou-se seu ‘fundador’: foi ele quem atacou com maior vigor o intervencionismo mercantilista, que fora essencial para o desenvolvimento e a formação do Estado-nação britânico, mas que agora dificultava o desenvolvimento de uma economia mais complexa. Foi ele que compreendeu a relação da riqueza das nações com sua capacidade de produzir com eficiência, e que se transformou no grande defensor do mercado livre, que teria esse condão. Porque foi um notável filósofo e um grande economista, e porque soube expressar melhor que ninguém as novas realidades e as novas necessidades do capitalismo do seu tempo, Smith transformou-se no patrono do liberalismo, e no ideólogo por excelência do capitalismo. Depois dele, através de dois séculos e meio, os economistas reconhecidos, com raras exceções, estiveram preocupados em mostrar a eficiência dos mercados.

O liberalismo foi uma grande conquista da humanidade, porque foi e é a ideologia do Estado de direito e da liberdade. E porque compreendeu que o mercado é um maravilhoso instrumento de coordenação das economias capitalistas. Como qualquer ideologia, porém, o pecado maior que pode cometer é o do radicalismo, da falta de razoabilidade. O novo liberalismo que surgia nos anos 70 cometeu esse pecado: é muito mais radical do que o anterior. É basicamente a expressão de um fundamentalismo de mercado, irracional como todo fundamentalismo, embora baseado em teoria econômica altamente matematizada e que se pretende científica. Nos anos 30 e 40, quando havia uma ameaça de substituição do capitalismo pelo estatismo, o debate entre os economistas foi vivo, mas não chegou ao radicalismo dos anos 70 e 80. A irracionalidade das novas teses, que rapidamente se expressaram em uma ‘ortodoxia convencional’ veiculada por economistas das agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, por economistas do mercado financeiro, e por jornalistas econômicos, derivava essencialmente de seu desrespeito ao princípio da razoabilidade. Ao invés de ver a relação entre Estado e mercado como uma relação de complementariedade – não existe mercado forte sem um Estado forte – viu-se o Estado como o inimigo do mercado, e a tecnoburocracia pública como a classe a ser derrotada politicamente.

Na verdade, o que se queria – e o que era essencial para a sociedade já que ao mesmo tempo, com o colapso do comunismo, estava ficando claro que não há alternativa econômica ao capitalismo – era restabelecer uma taxa satisfatória de lucro. E para isto, buscava-se desmontar o Estado do Bem-estar, que era e continua ser fonte importante de salários indiretos para os trabalhadores e grande parte da classe média profissional. Para isto, entretanto, ao invés de se

combater diretamente os próprios trabalhadores, que decididamente não se revelavam ameaçadores em termos de alternativa de sistema econômico, procurou-se atacar a classe média profissional pública – a classe que dirige o Estado através dos seus ‘oficiais públicos’, ou seja, de seus servidores ou tecnoburocratas profissionais, e de seus políticos eleitos profissionais, todos remunerados pelo Estado.

Globalização, globalismo e nacionalismo

O segundo processo histórico-estrutural novo cujo início pode ser aproximadamente datado dos anos 70, e que servirá de pano de fundo para a contrarrevolução do nosso tempo, foi a globalização. Sua base tecnológica foi a redução nos custos dos transportes, e, principalmente, a Revolução da Tecnologia da Informação, que tornou as comunicações dramaticamente mais rápidas e baratas. Para comprovar o processo de globalização, temos um sem-número de estatísticas sobre o aumento do comércio internacional, dos investimentos diretos estrangeiros, e principalmente das transações financeiras internacionais. E temos uma discussão interessante: será a globalização um processo tão novo e tão importante quanto se afirma. Entre os que negam essa tese, temos os que simplesmente negam que haja novidade no processo, dado que no final do Século XIX tivemos uma ‘primeira globalização’,³³ e os que limitam a extensão do processo, para mostrar que “a morte das economias nacionais foi grandemente exagerada”.³⁴ A grande maioria, porém, é a dos ideólogos de direita do processo, que saúdam ao ‘desaparecimento’ ou a falta de relevância do Estado-nação,³⁵ ou então a dos críticos de esquerda que lamentam a mesma perda de autonomia e importância.³⁶ Europeus progressistas, como Habermas, encontram-se em uma situação particular, na medida em que dão uma importância maior à globalização na diminuição da autonomia nacional na medida em que a confunde com o processo de formação de um Estado-nação europeu. Ele distingue a esfera econômica da político-administrativa, e, a partir da onda neoliberal e também da experiência europeia de unificação monetária, enfatiza a interdependência e a perda de autonomia econômica dos Estados-nação na globalização, mas salienta que no plano político-administrativo, essa autonomia continua grande.³⁷

Se é um erro desqualificar a globalização, não admitindo que na segunda metade do Século XX assistimos a um enorme salto no processo de internacionalização, maior erro é reconhecer o processo histórico, mas ver nele o começo do fim do Estado-nação. O artigo de Robert Wade já citado é exemplar nesse ponto, mas quero oferecer um argumento mais simples e mais geral a respeito do problema. Afinal, como definir a globalização do ponto de vista econômico? Partindo do fato de que a globalização ganha pleno curso quando o barateamento dos transportes e das comunicações se acopla à abertura à competição internacional de todos os mercados, sugiro duas definições, uma forte, outra fraca. A primeira: globalização é a concorrência generalizada entre os Estados nacionais. Se o leitor achar muito forte essa definição, tenho uma alternativa: globalização é a concorrência generalizada entre as empresas apoiadas pelos seus respectivos Estados nacionais. Uma terceira definição, que está pressuposta nos ideólogos da globalização, mas que ninguém tem coragem de afirmar pela sua óbvia falta de realismo, é de que a globalização é essa concorrência entre as empresas ‘sem’ o apoio de seus respectivos Estados-nação. É claro que existem algumas empresas, especialmente as de consultoria, como a McKinsey – ou seja, uma empresa de pessoas, não de capital – que é efetivamente multinacional. Mas, na absoluta maioria dos casos, todos sabem, e melhor do que todos sabem os seus próprios governos, a que nação pertence cada empresa. Elas só são

multinacionais porque estão em muitos países, não porque sua propriedade está dividida multinacionalmente de forma a que a empresa perca sua nacionalidade. Assim, podemos discutir qual das duas definições é a mais correta – a forte ou a fraca – mas em qualquer uma delas o que fica óbvio é o caráter altamente estratégico do ponto de vista econômico que hoje têm as nações.

Enquanto, através do neoliberalismo, o sistema capitalista se defendia da queda da taxa de lucro ocorrida nos anos 70 dentro de cada país, internacionalmente o avanço da globalização e o surgimento dos NICs (newly industrialized countries), que, aproveitando-se de sua mão-de-obra barata, passavam a exportar produtos industriais para os países desenvolvidos, levará esse países e particularmente os Estados Unidos, que desde a Segunda Guerra Mundial passara a comandar a política internacional, a adotar uma outra estratégia. Ao invés da ideologia neoliberal, teremos sua irmã gêmea, o ‘globalismo’; complementar ao mote de que o mercado deveria ‘voltar’ a regular a economia, temos a tese de que os Estados-nação tornaram-se a tal ponto interdependentes com a globalização que perderam relevância política. No mundo da globalização, que transforma os mercados nacionais em um mercado mundial, as fronteiras teriam perdido sentido: a aldeia global de McLuhan (1962) deixara de ser a mera metáfora de um mundo que se tornara muito mais próximo graças ao avanço das comunicações, para se transformar em uma realidade econômica e política.³⁸

Ou, mais precisamente, o mundo teria se transformado em uma realidade criada pelos países ricos para neutralizar o nacionalismo legítimo dos países em desenvolvimento que dele necessitavam para construir sua nação. O nacionalismo fora a ideologia que servira de base para a formação, principalmente do XIX, dos Estados-nação dos países hoje desenvolvidos.³⁹ No momento em que os países em desenvolvimento mais precisavam dessa ideologia para criar um vínculo de solidariedade entre as classes sociais e suas elites, e transferir para dentro do país as decisões relativas ao seu desenvolvimento econômico, político e social, o Primeiro Mundo passava a vê-la e à própria ideia de nação como velharias, como coisas do passado, incompatíveis com a nova modernidade global. É verdade que o nacionalismo, depois das duas grandes guerras do Século XX, havia sido identificado com o nazismo, com a limpeza étnica, com a violência. Ou seja, suas formas radicais foram profundamente irracionais e desumanas. Por outro lado, como os Estados-nação dos países ricos já estava devidamente formado, e seus cidadãos não tinham qualquer dúvida quanto ao papel do seu governo – deve ‘defender o capital, o trabalho e o conhecimento nacionais’ – a ideologia nacionalista parecia dispensável – ou, pelo menos, podia ser entendida como tal. O nacionalismo já cumprira seu papel de formar a nação, de lhe dar mais do que uma bandeira e um hino, o próprio conceito de nação, a justificativa para a solidariedade básica entre as classes que a nação pressupõe. A palavra ‘nacionalismo’ podia, portanto, ser deixada para identificar as formas radicais violentas que o processo de formação de Estados-nação assume em determinadas circunstâncias (os genocídios recentes na Ásia, na África, nos Bálcãs devem estar bem presentes em nossa memória). E também para identificar de forma negativa as tentativas do países de desenvolvimento médio de adotar políticas de proteção à industrial nacional, de promoção das exportações, e de política industrial que os países desenvolvidos haviam utilizado amplamente no estágio correspondente de desenvolvimento. Como, entretanto, é fácil perceber, esta postura ideológica dos povos dos países ricos era adotada apenas para uso externo, já que o critério nacional continuava a ser fundamental nas ações de seus governos. Internacionalmente, porém, os Estados Unidos e suas elites perceberam claramente que já não era mais de seu interesse dar apoio à industrialização dos países do Terceiro Mundo. Que o exemplo dos primeiros NICs indicava que dali poderia

provir uma ameaça aos padrões de vida do centro desenvolvido. As elites econômicas dividiram-se nessa matéria, porque estavam envolvidas em investimentos internacionais, mas as elites políticas e sindicais não tiveram dúvida que seus empregos e salários passavam a enfrentar uma competição perigosa.

Foi este fato, mais do que o início da decadência da União Soviética que também então ocorria, que fazem os Estados Unidos deixarem de ser o país generoso do após-guerra, e passarem a adotar a clássica política de ‘chutar a escada’, que Friedrich List (1846) havia mostrado, na primeira metade do Século XIX, ser a política sistemática adotada pelos países que chegavam ao topo da prosperidade. Todos os outros Estados nacionais que, a partir do começo dos tempos modernos, atingiram a hegemonia econômica, a começar pela Holanda e depois a Inglaterra, procuraram depois impedir que outros viessem lhe fazer concorrência. A teoria econômica ensina que o desenvolvimento pode ser um jogo de soma maior do que zero, e que a concorrência apenas melhora o desempenho de todos, mas como todos os empresários almejam o monopólio, todas as potências buscam manter a todo custo sua posição hegemônica. Os Estados Unidos, como primeira potência democrática que chegou a essa posição, pretendeu ser benevolente. O ‘benevolent hegemon’, como eles próprios se auto-denominaram. E de fato, nos primeiros anos do seu domínio, que corresponderam aos Anos Dourados do capitalismo, eu creio que eles o foram. É verdade que a ameaça comunista representada pela União Soviética, então em acelerado processo de desenvolvimento, impulsionaram o grande país nessa direção. O Plano Marshall na Europa, os planos de reorganização industrial e reforma agrária no Japão, Coreia e Taiwan são indicações desse fato. Pode-se argumentar que eram os países mais estratégicos para um Estados Unidos operando sob a égide da Guerra Fria, mas mesmo em relação aos demais países a atitude era positiva. No Brasil, por exemplo, a Comissão Mista Brasil-Estados, no segundo governo Vargas, foi a origem de todas as posteriores e bem sucedidas experiências de planejamento econômico do país. A Aliança para o Progresso, do presidente Kennedy, não era mera propaganda, mas havia ali um genuíno esforço de promover o desenvolvimento na periferia. É verdade que ainda em 1964 os Estados Unidos apoiavam um golpe militar no Brasil, que, depois, serviria de modelo para outras intervenções similares. Mas esse episódio deve ser antes atribuído à Guerra Fria, e particularmente à Revolução Cubana, em 1959, do que a um espírito imperialista de dominação econômica. No momento, porém, em que a queda da taxa de lucro reverte essa prosperidade, e que o surgimento dos NICs põe em risco o que já havia sido alcançado, estava na hora de voltar à posição normal, imperial, de chutar a escada. Inclusive por uma outra razão que não é suficientemente importante para constituir um fato histórico novo, mas que sem dúvida contribuiu para a reação do mundo desenvolvido aos NICs: o fato de que os países em desenvolvimento buscavam se organizar, não apenas politicamente como ‘países não-alinhados’, mas mesmo aqueles que estavam claramente aliados aos EUA, pressionavam os países ricos a lhes conceder preferências comerciais através do movimento então denominado Nova Ordem Internacional.

A oportunidade para o exercício da estratégia de neutralizar os países atrasados surgirá com um terceiro fato novo fundamental da contrarrevolução do nosso tempo: a crise da dívida externa, que atingirá um grande número de países de desenvolvimento médio. Poder-se-ia argumentar que esta é uma perspectiva brasileira, ou latino-americana. Que para o resto do mundo esta crise não teve tamanha dimensão. O fato, porém, é que embora ela tenha atingido principalmente os países latino-americanos, que foram os que mais docilmente aceitaram a estratégia de endividamento externo vinda do Norte, e, na Ásia, as Filipinas, que são naquele continente o país dependente por excelência dos conselhos vindos de Washington e Nova York,

esta crise teve uma amplitude muito maior. Atingiu um grande número de países, e foi o centro das atenções dos mercados financeiros e das autoridades econômicas nos países centrais durante todos os anos 80. Não cabe agora voltar a essa crise, à sobra de petrodólares depois da primeira crise do petróleo criando uma oportunidade para financiamentos externos em proporções muito superiores às do passado, à reação violenta do Federal Reserve em 1980 ao segundo choque do petróleo, à estagflação e ao enfraquecimento do dólar, provocando uma brutal elevação dos juros, à oportunidade, que elevou de uma hora para a outra a carga de juros dos países endividados. Nem cabe discutir como as autoridades nos países ricos, falando em nome de seus bancos, recusaram-se durante um longo tempo a admitir a gravidade da crise, e como só o fizeram quando o Brasil, em 1987, depois de declarar de forma pouco diplomática a moratória de sua dívida, apresentou uma proposta de securitização, como essa proposta foi inicialmente recusada, e depois aceita.⁴⁰ O que é importante, neste breve ensaio, é a consequência da crise da dívida externa para os países em desenvolvimento não foi apenas o fato de esta haver sido uma década em que não houve desenvolvimento, em que as economias ficaram estagnadas. Foi também um momento em que esses países se enfraqueceram politicamente. Perderam a organização e o élan reivindicatório dos anos 70, que os levava a fazer demandas crescentes aos países desenvolvidos. Ao invés disso, o que temos nesse momento, é a inversão desse processo. São os Estados Unidos que, na liderança dos países ricos, partem para o ataque. Ataque que naturalmente não significa conspiração. Ataque que é realizado tendo como justificção, sempre, o interesse dos países em desenvolvimento, a busca da estabilização, a luta contra a pobreza mundial, ou, mais amplamente a racionalidade econômica.

Uma das críticas indefectíveis que os grupos conservadores fazem a este tipo de análise que estou fazendo é a de que é uma ‘teoria conspiratória’. Com essa expressão querem neutralizar o adversário. Como é possível imaginar que os ricos, que os civilizados, que os defensores da ordem tenham entrem em ações conspiratórias desse sentido? Como você, crítico, pode ser tão indelicado senão ofensivo? Entretanto, esse tipo de crítica, ou de defesa, não faz o menor sentido. Só grupos muito reduzidos e definidos de homens são capazes de conspirar. As elites econômicas, políticas, militares, intelectuais, religiosas dos países ricos são sistemas sociais muito grandes e muito complexos para entrarem em conspiração. Mas isto não significa que não sejam capazes de auto-coordenação tácita, que não logrem agir de acordo com seus interesses, e que não usem para defenderem seus interesses seus próprios Estados, agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e mesmo agências multilaterais como a Organização Mundial do Comércio. Para levarem adiante suas próprias estratégias nacionais, nas quais não cabe a possibilidade de que outros países possam disputar a liderança econômica já alcançada. Nessa matéria, principalmente depois do primeiro governo Bush (2001-2004), ficou muito claro, expresso mesmo, que a política americana é de impedir que qualquer país possa por em risco a hegemonia alcançada. Pode-se argumentar que o caso desse governo é extremo – com o que eu concordaria – mas a reeleição desse presidente não deixa dúvida quanto à profundidade do nacionalismo americano, e à determinação de seus dirigentes de conservar a hegemonia atual.

Chutar a escada

Como, a partir do reconhecimento da ameaça representada pelos NICs, se organizou a reação dos países ricos? Usaram, essencialmente, a antiga estratégia de ‘chutar a escada’. Para impedir que novos países cheguem ao seu próprio nível e lhes façam concorrência, os países

ricos, de um lado, exercerão pressões e darão conselhos, ao mesmo tempo que, de outro, tornarão esses países dependentes financeiramente dos países ricos através do endividamento externo. Seus conselhos e pressões serão principalmente para que não adotem políticas ou instituições econômicas que eles próprios usaram para promover seu desenvolvimento. Ou então, para que adotem políticas e instituições que, em muitos casos, ainda não são compatíveis com o estágio de desenvolvimento dos países.⁴¹ O desenvolvimento dos países atrasados é, sem dúvida, um processo de cópia de tecnologias e de instituições dos países mais avançados, mas, ao contrário do que pretende o governo americano, independentemente de quem seja o presidente, e as organizações internacionais que controla, instituições não se exportam. Elas podem e devem, isto sim, ser importadas, quando o país se torna maduro para elas, e com as adaptações necessárias.

O argumento usado para as pressões é sempre o de que a adoção das políticas micro e macroeconômicas aconselhadas levarão os países ao desenvolvimento, mas a objetivo jamais confessado, provavelmente porque para a maioria é dele inconsciente, é o de restringir o desenvolvimento dos países de desenvolvimento médio que estavam se industrializando e, desde os anos 70, começavam a exportar manufaturados para o centro rico. Os pressupostos ideológicos da nova política do centro em relação aos países em desenvolvimento, que se esboça nos anos 70 e ganha pleno curso nos anos 80 e 90, são o neoliberalismo ou o reformismos de mercado, e o globalismo. Os governos dos países em desenvolvimento dividem-se, agora, em duas categorias: os bons, os reformistas, que se dedicam a reformas orientadas para o mercado, e os nacionalistas ou populistas, que resistem. Quando uma boa revista como *The Economist* classifica um governo como ‘reformista’, o elogio está implícito. As reformas orientadas para o mercado, entretanto, que se transformam em política oficial do governo americano em relação aos países em desenvolvimento a partir do Plano Baker (1985), tendo o Banco Mundial como principal executor, são apenas uma das três grandes estratégias de dominação ou de chutar a escada que vão ser definidas a partir dos anos 80. As outras duas, são as políticas do Uruguai Round, ainda nos anos 80, e a estratégia de crescimento com poupança externa e abertura da conta capital, que irá prevalecer nos anos 90.

As três estratégias, e principalmente a primeira, a das reformas institucionais orientadas para o mercado, têm por trás argumentos muitas vezes respeitáveis. Todo país necessita permanentemente de reformas. E para isto existem os parlamentos – para aprovar novas leis, para definir as instituições mais importantes, com poder coercitivo, que a sociedade considera necessárias. Depois de um longo ciclo de crescimento do aparelho do Estado e das empresas estatais, de promoção de poupança forçada, e de proteção a industriais infantes, havia necessidade de reformas orientadas para o mercado nos países em desenvolvimento. A intervenção do Estado havia sido bem sucedida em quase todos os países grandes, onde ela é sempre mais necessária, na medida em que promovera altas taxas de crescimento, mas afinal a intervenção fora além do desejável, implicara em custos elevados, e levava os Estados a crise fiscal, de forma que era preciso privatizar e liberalizar. As respectivas reformas, porém, deveriam ser moderadas, não queimar pontes, reconhecer que as economias modernas são necessariamente mistas – em parte controladas pelo mercado, noutra parte pelo Estado. E as políticas macroeconômicas deviam combinar firmeza em combater não apenas a inflação, mas o déficit público, o desequilíbrio das contas externas, e o desemprego. Em um grande número de casos, porém, as reformas não tiveram essa moderação, nem foram realizadas com competência. Ao contrário, foram dogmáticas, apressadas, mal desenhadas e pior implementadas, favorecendo a concentração de renda e o desequilíbrio das contas públicas. A

política macroeconômica, por sua vez, dava excessiva ênfase à inflação, esquecendo os outros três objetivos macroeconômicos fundamentais: juros moderados, emprego, e equilíbrio das contas externas. Neste caso, também os países desenvolvidos, a começar pela União Europeia, cometeram o erro indesculpável de responsabilizar seus bancos centrais por apenas um objetivo – a taxa de inflação. Os outros eram esquecidos ou relegados a segundo plano com a desculpa ‘teórica’ que um modelo econômico no qual apenas uma variável é controlada, a taxa de juros, só pode ter uma meta – a de inflação. Só os próprios Estados Unidos não se deixaram enganar, e tem claro em sua lei sobre o Federal Reserve, que seus objetivos são “promover efetivamente o máximo de emprego, preços estáveis e juros de longo prazo moderados”. Apenas o equilíbrio das contas externas foi esquecido, provavelmente porque este não é um problema para um país cuja moeda é a moeda reserva mundial. Mesmo assim, a irresponsabilidade fiscal, a falta de poupança doméstica e os grandes déficits gêmeos dos Estados Unidos nos últimos quatro anos estão levando a previsões sombrias para não apenas para a economia americana mas de todos os países.

A segunda estratégia diz respeito ao Uruguai Round e à criação da OMC. A transformação do GATT em uma organização mais poderosa foi um grande avanço institucional para um mundo carente de instituições dessa natureza. Entretanto, em nome da liberalização do comércio incluíram-se dispositivos – as TRIPS – criando limitações às políticas econômicas de estímulo à industrialização que haviam sido amplamente usada pelos países ricos em estágios anteriores de desenvolvimento, e estabelecendo-se garantias excessivas à propriedade intelectual, ou seja, ao monopólio do conhecimento técnico e científico para os países ricos. Hoje existe um consenso, mesmo entre economistas conservadores, que as negociações da Rodada Uruguai foram desequilibradas em favor dos países ricos – que eles aproveitaram a fraqueza dos países em desenvolvimento aumentada pela crise da dívida externa para aprovarem dispositivos favoráveis a eles próprios e contrários aos interesses daqueles países.

Esperava-se, entretanto, que nos anos 90 os países em desenvolvimento que haviam adotado de forma bem comportada as receitas vindas de Washington e Nova York colheriam os frutos de suas reformas e ajustes. Não foi, porém, isto o que aconteceu, mas antes uma sucessão de crises financeiras que se encarregaram de produzir taxas de crescimento da renda por habitante frustrantes. Qual a razão desse fracasso? Há alguma relação com a política de chutar a escada? Os países que resistiram com mais firmeza aos conselhos tiveram a mesma sorte? Venho escrevendo uma série de trabalhos que dão uma resposta para essas questões.⁴² O terceiro fato histórico novo foi a estratégia de crescimento com poupança externa e abertura da conta de capital, formulada no início dos anos 90, quando o problema da aguda crise da dívida externa começou a ser equacionado pelo Plano Brady (que adotou a proposta brasileira de securitização com desconto), e novos fluxos de capitais começavam a fluir para os ‘mercados emergentes’ – a expressão a que foram reduzidos os países de desenvolvimento médio. Para aqueles que a adotaram – novamente os países latino-americanos principalmente – essa estratégia só representou crise financeira ou ameaça de crise, continuada semi-estagnação da renda por habitante e aumento do endividamento externo. Na medida em que poupança externa significa déficit em conta corrente que precisa ser financiado por influxos de capitais, significava também apreciação da taxa de câmbio, que por sua vez significava aumento dos salários reais (dada a queda relativa dos preços dos produtos importados), aumento do consumo, e redução da poupança interna. Dessa forma, usavam-se os recursos externos para consumir ao invés de investir. Isto só não aconteceria se os países já não estivessem altamente endividados, e, principalmente, se houvesse grandes oportunidades de investimento lucrativo disponíveis no

país, de forma que valorização do câmbio e o aumento dos salários não implicariam em aumento do consumo. Como essas oportunidades não existiam, já que os países mal haviam se recuperado da crise da dívida externa e da crise do Estado que a seguiu, esta última aumentada pela onda neoliberal, é fácil compreender como, afinal, essa estratégia foi apenas mais uma forma de chutar a escada.

Por que incluir essa estratégia de crescimento com poupança externa e abertura da conta capital nas políticas do Norte de chutar a escada? Porque não há nada que desagrade mais aos países ricos do que a adoção, pelos países em desenvolvimento, de uma estratégia de desenvolvimento baseada em taxa de câmbio relativamente desvalorizada. Por que a estratégia de câmbio fixo e âncora cambial, que caracterizou a estratégia inicialmente, era uma forma de sobrevalorizar o câmbio, e assim permitir que aqueles países realizassem saldos comerciais. Estou sugerindo uma atitude mercantilistas das grandes potências? Sem dúvida. Por mais que o mercantilismo tenha sido criticado, desde Adam Smith, os Estados-nação jamais deixaram de adotá-lo em certo grau, porque sempre perceberam que as críticas eram, muito freqüentemente, mais teóricas do que práticas – que nenhum país pode deixar de cuidar de suas contas externas. Mas teria sido essa estratégia a causa principal das crises financeiras dos anos 90? Não é difícil comprovar essa tese. Os países que abriram mais sua conta capital, como os latino-americanos, foram aqueles que mais sofreram. Entre os países asiáticos, alguns, como a Coreia ou a Indonésia, também abriram, e foram igualmente atingidos; outros, como a Malásia, abriram, mas, diante da crise, logo fecharam, e se recuperaram rapidamente; e, finalmente temos um terceiro grupo, no qual estão a China, a Índia e Taiwan, que simplesmente não se deixou levar pela ideia de abrir a conta capital e crescer com poupança externa: foram os que simplesmente escaparam à crise, e cresceram aceleradamente. Entre os países latino-americanos, só o Chile impôs controles de capital – e por isso mesmo, foi o único país latino-americano a apresentar taxas de crescimento satisfatórias. Isto significa que esse último grupo de países estava contra investimentos diretos externos? De forma alguma. Não os utilizavam, porém, para financiar déficit em conta corrente, mas para aumentar reservas e obter tecnologia, como a China, principalmente, mostrou que é possível fazer.

Guerra Fria e crise da esquerda

No final dos anos 80 ocorre o quarto fato histórico novo relevante do período da história do mundo que começa em 1970: o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Este fato teria duas conseqüências fundamentais, uma no plano ideológico – a crise da esquerda –, e outro no plano da política internacional: a constituição definitiva dos Estados Unidos como poder hegemônico, ou como novo ‘hegemon’. Sobre esses dois temas, porém, existem equívocos fundamentais que não podem deixar de ser analisados por aqueles que querem compreender a ‘lógica’ do nosso tempo – uma lógica que não tem nada de racional, mas que nem por isso é opaca a qualquer compreensão.

Embora grande parte da esquerda houvesse há muito rompido com o movimento comunista, senão depois da revolta de Budapeste (1956), pelo menos desde a Primavera de Praga (1968), e o movimento social-democrático, de centro-esquerda, fosse florescente em toda a Europa, partidos social-democratas alternando-se com partidos conservadores no governo dos diversos países, ainda assim a esquerda mundial entra em crise com o colapso da União Soviética. Quase todos sabiam que o sistema econômico e social que fora estabelecido naquele país não era o

socialismo, mas o que muitos chamavam de ‘socialismo real’. Outros, de forma ainda mais inadequada, falavam em ‘capitalismo de Estado’, ou em ‘socialismo de Estado’. Usando conceitos marxistas para chegar a conclusões não marxistas, eu, depois de uma análise que julgo rigorosa, vi ali uma formação social predominantemente estatista ou tecnoburocrática.⁴³ Nesse sistema, a classe dominante não era a capitalista ou burguesia, mas a tecnoburocracia. Essa nova classe, que se remunerava com ordenados diretos e indiretos ao invés de lucros ou salários, e controlava a propriedade coletiva da organização estatal, assumira o papel de promover a acumulação originária e a industrialização de forma autoritária senão totalitária. Era ao mesmo tempo uma classe social com base econômica e política. Nos países capitalistas, essa mesma tecnoburocracia também emergia com força, ao seio das organizações privadas, públicas não-estatais e do aparelho do Estado, mas ao invés de pretender ser classe dominante, limitava-se a partilhar pacificamente com a classe capitalista o poder e o privilégio, no quadro político da democracia.

O colapso de um sistema dessa natureza – que se revelou eficiente em promover a acumulação de capital originária e a realizar a industrialização com base na indústria pesada, mas mostrou-se incapaz de coordenar com a eficiência necessária um sistema industrial mais complexo – não deveria ter sido motivo para crise da esquerda democrática. Mas foi. Em parte porque a direita aproveitou-se para celebrar a vitória do capitalismo. Principalmente porque os progressistas ficaram sem uma utopia. Embora a esquerda democrática soubesse que sua utopia fora fraudada nos países comunistas, ficava ainda uma esperança no socialismo de mercado ou democrático. Em um sistema em que a propriedade privada dos meios de produção fosse limitada, mas o mercado, como quisera Oskar Lange, desempenhasse o papel principal de alocação dos recursos produtivos.⁴⁴ Essa utopia não morreu de todo, permanecendo viva nas mãos de alguns altos especialistas, mas a esquerda em geral perdeu qualquer esperança no socialismo.⁴⁵ Para muitos, inclusive para mim, o socialismo continuou como uma utopia que se realiza na prática na medida em que os direitos sociais são pouco a pouco garantidos, e que as desigualdades sociais diminuam. Entretanto, como desde os anos 70 a renda, que durante o período imediatamente precedente, nos países avançados, tendia a desconcentrar-se, voltou a sofrer forte processo de concentração, mesmo essa esperança foi roubada.

Por outro lado, já não se sabia mais como definir a esquerda. Bobbio publicou um pequeno e precioso livro, distinguindo esquerda e direita a partir do critério de luta pela igualdade.⁴⁶ Eu próprio adotei um critério um pouco diferente, opondo a ordem, que é sempre a prioridade da direita, à justiça social; ser de esquerda é estar disposto a arriscar a ordem em nome da justiça.⁴⁷ Mas essas definições gerais, assim como frases como a de Michel Rocard, em 1980 (“o desafio dos socialistas é administrar o capitalismo com mais competência do que os capitalistas”), deixavam questões sem resposta. Ser de esquerda implicava rejeitar todas as reformas orientadas para o mercado, e permanecer, nos países capitalistas, preso ao modelo de desenvolvimento social-democrático que prevalecera entre os anos 30 e os 70? Implicava também adotar políticas macroeconômicas frouxas com a desculpa de que essa fora a mensagem de Keynes? Ou era preciso que a esquerda se atualizasse, que reconhecesse que nos estágios mais avançados de desenvolvimento o mercado deve ter um papel maior? Que se desse conta que Keynes jamais havia defendido déficits públicos crônicos? Eu próprio já tomo com clareza essa posição em 1990.⁴⁸ Um pouco mais tarde, Tony Giddens, preparando a vitória dos trabalhistas em 1997 na Grã-Bretanha, desenvolve uma nova versão da esquerda moderna – a terceira via.⁴⁹ Para serem relevantes politicamente e ganharem eleições, os partidos de esquerda, além de dar mais espaço para o mercado na coordenação da economia, e de buscarem

a estabilidade macroeconômica, devem adotar políticas duras contra o crime. Eu acrescento que é necessário adotar uma reforma da gestão pública moderna que dê mais autonomia e mais responsabilidade aos burocratas, mas que, em compensação, adote novos mecanismos de responsabilização, entre os quais o controle social, ou seja, o controle pelas organizações da sociedade civil.⁵⁰ E me envolvo na discussão da terceira via com a tese que o centro é móvel, mudando no tempo e geograficamente: com a onda neoliberal e a crise da esquerda, o centro se deslocou para a direita; por outro lado, o centro está mais à direita nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha, e mais à direita nesta do que na Europa Ocidental.⁵¹

Entretanto, essas contribuições foram insuficientes para resolver a crise. A tese da terceira via tinha um problema grave: sua aplicação prática começou imediatamente após ser enunciada – no governo Blair. Ora, nenhum governo de esquerda consegue, no poder, ser plenamente fiel a seus propósitos, por mais modestos que eles sejam. Em certos casos, como é o do governo Lula, no Brasil, no presente (2003 - ...), a diferença é brutal; em outros, como no caso do governo Mitterand na França (1981-1995), ou do o governo Gonzáles na Espanha (1982-1996), ou ainda do governo Cardoso no Brasil (1995-2002), a discrepância é menor, mas ainda sensível. Foi também o que novamente aconteceu com o governo Blair (1997- ...), mas nesse caso a esquerda na própria Grã-Bretanha e no resto do mundo não foi capaz de perceber como sua visão negativa da teoria da nova esquerda estava contaminada pela prática dos trabalhistas no governo. Haverá sempre um descompasso entre as teses de esquerda, mesmo as moderadas, e a prática dos governos de esquerda, porque a política é a arte de governar através do compromisso e da argumentação. Só é possível alcançar maiorias e mantê-las se os compromissos estiverem sendo feitos e renovados. E o principal compromisso é com a própria classe capitalista, particularmente com os empresários. Na medida em que são eles, individual ou coletivamente, nas grandes organizações, que realizam os investimentos, eles detêm o poder de veto sobre o processo de desenvolvimento.⁵² Se não lhes são asseguradas perspectivas de lucro satisfatórias, não investirão. Além disso, se se sentirem ameaçados, partirão para o ataque, associados à outra parte da classe capitalista, os rentistas, com as armas poderosas que dispõem. A classe capitalista tende a preferir a democracia aos regimes autoritários, mas só a manterá se se sentir razoavelmente segura.

Com o fim da Guerra Fria, a esquerda entrou em crise, e até hoje não encontrou seu eixo. Estou convencido que, como o conflito entre liberalismo e democracia foi afinal superado pela formação da liberal-democracia, o conflito entre liberalismo e socialismo será superado pelo social-liberalismo. Ao invés de continuar a se opor ao liberalismo em geral, a esquerda terá que agir como os democratas fizeram com o liberalismo: incorporá-lo. A diferença entre a social-democracia e a liberal-democracia está no fato de que esta acredita mais no mercado do que aquela. Embora ambas dêem alta prioridade à garantia dos direitos sociais e à busca da igualdade de oportunidade, enquanto a social-democracia usa de servidores para realizar todos os serviços sociais universais, o social-liberalismo contrata com organizações públicas não-estatais de serviço a realização de grande parte desses serviços, que continuam, porém, financiados pelo Estado.⁵³ E usa as organizações públicas não-estatais de controle social ou advocacia política para fiscalizar o serviços prestados com os recursos públicos.⁵⁴ Dessa forma, as organizações da sociedade civil entram duplamente no processo, conforme veremos na última seção deste ensaio, quando falarei das formas históricas de democracia, e o surgimento de uma democracia participativa e republicana.

Guerra Fria e sistema global

Mais importante do que haver provocado a crise da esquerda ou dos progressistas, o fim da Guerra Fria marcou o término de uma transição econômica e política fundamental. Afinal o mundo saía do sistema internacional do equilíbrio de poderes, ou da Paz de Vestfália, para o que proponho chamar de Sistema Global. Na verdade, trata-se de mais do que de uma transição. Trata-se da constituição de um sistema novo. O que ocorreu durante o Século XX, a partir da fundação da Liga das nações e, principalmente, da criação da Organização das nações Unidas, e ganhou impulso com o processo de globalização, foi a constituição de um sistema político, econômico, cultural de caráter mundial – o Sistema Global.⁵⁵ Por que é razoável falar da transição de um sistema de política internacional para outro? E por que é importante reconhecer a emergência de um Sistema Global?

O mundo, antes da Revolução Capitalista e da formação dos Estados nacionais, não possuía um sistema internacional digno desse nome. Um sistema internacional é, como o próprio nome o sugere, um sistema de nações, que só poderá se constituir quando estas existirem. Por uma convenção amplamente aceita, e que parece correta, costuma-se datar o surgimento desse sistema em torno dos diversos tratados que se celebram em 1648 em Vestfália, resolvendo diversas guerras ao mesmo tempo, e dando origem a fronteiras entre os países que já permitem visualizar a existência de Estados-nação. Antes da Paz de Vestfália, e, mais precisamente, nas sociedades definitivamente pré-capitalistas e pré-nacionais, a guerra era a forma natural de vida. O mundo estava organizado em impérios, povos, tribos, clãs, famílias. A guerra era o meio quase natural pelo qual os mais fortes se apropriavam do excedente econômico dos indivíduos mais fracos através da sua redução à escravidão ou à servidão, ou do saque, e dos povos mais fracos através da sua redução à condição de colônia que devia pagar impostos. Com a Revolução Capitalista o excedente passa, gradualmente, a ser apropriado sem o uso da violência direta, através do mercado e da realização do lucro. Em princípio, as guerras não seriam mais necessárias. Mas é nesse momento que elas ganham dimensão e intensidade, porque, para a formação das nações modernas era essencial definir fronteiras, e para defini-las a única forma era a guerra. Além disso, era preciso abrir mercados, e nesse caso, ainda que as guerras não fossem a única maneira de atingir esse objetivo, era a mais expedita e óbvia para os poderosos.

Em consequência destas circunstâncias, o mundo viveu em guerras, que apesar da barbárie que estava nelas sempre embutida, faziam um certo sentido. Eram instrumentos efetivos através do qual os príncipes e as burguesias a eles associadas constituíam o Estado-nação. Nos duzentos e cinquenta anos que se seguiram à Paz de Vestfália, as guerras entre países vizinhos e as guerras imperiais para abrir mercados aconteceram em toda parte. No início do Século XX, porém, os povos europeus ocidentais, que eram os povos mais civilizados da época, entenderam que já era hora de terminarem as guerras. Foram assim terrivelmente surpreendidos quando viram desencadear-se a Guerra Mundial de 1914. Essa guerra, assim como a Segunda Guerra Mundial, que a seguiu, e, afinal, é a mesma guerra, foi um fato histórico novo que marcou o início do Século XX de forma profunda e dolorosa. E levou a duas reações até um certo ponto contrárias. De um lado, o mundo abandonou, ou, pelo menos, suspendeu, a ideia setecentista no progresso. De outro, convenceu os homens a se dedicarem à criação de um sistema político internacional para a solução dos conflitos, primeiro, através da Liga das nações, e, afinal, da Organização das nações Unidas. Além disso, os europeus, com a mesma motivação inicial, iniciaram um dos trabalhos mais extraordinários de engenharia política: a construção da União Europeia, que é, obviamente, o processo de formação de um novo Estado-nação, da

transformação paulatina e voluntária, até agora extraordinariamente bem sucedida, de muitas nações em uma única. Ainda está longe do momento em que franceses, alemães, portugueses se pensarem mais como europeus do que de acordo com suas origens, mas o caminho percorrido já foi longo e frutífero.

Dessa forma, o Século XX foi um século de transição da Paz de Vestfália para o Sistema Global. Durante a segunda metade do século a presença da Guerra Fria ainda nos levava a crer que estávamos no sistema do equilíbrio de poderes – um sistema no qual os países, geralmente fronteiriços, se ameaçavam com guerras, e eventualmente as evitavam por meio da diplomacia. Com o fim desse conflito, porém, todas as grandes nações, de repente, olharam-se umas para as outras e verificaram que não eram mais inimigas. Os inimigos reais eram agora entidades sem Estado, nem território, nem sociedade. Eram o terrorismo e as máfias. Por outro lado, começaram a se dar conta de que vivem em um quadro econômico e político novo. O Sistema Global substituiu o sistema do equilíbrio de poderes, mas é mais do que um sistema de relações internacionais. É um sistema político, econômico e social que tem como unidades os Estados-nação, mas do qual também fazem parte, por direito próprio, indivíduos e organizações privadas e públicas não-estatais de serviço e de advocacia política. A globalização, ao tornar as nações, as organizações e os indivíduos mais próximos e mais interdependentes, contribuiu para a formação do Sistema Global, mas a sua institucionalização – já que se trata de uma instituição – tem como base um complexo sistema de direito internacional público e privado, que tem como epicentro a Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O Sistema Global é, portanto, como cada Estado-nação, um sistema político, é uma instituição maior que contém no seu seio um grande número de instituições menores: as declarações, tratados e instituições organizacionais diretamente ligadas às Nações Unidas, como a UNCTAD, ou fora dela, como a OCDE ou a Organização dos Estados Americanos. Também como cada nação, o Sistema Global é regulado por instituições que são o resultado de amplo processo de negociação política. Por isso eu prefiro dizer que enquanto no sistema do equilíbrio de poderes se fazia diplomacia, nele se faz política: argumenta-se e fazem-se compromissos com vistas a viabilizar a governança global. Também se exercem pressões, que são ações mais próprias da diplomacia, mas o objetivo é regular cada vez mais o sistema, é criar um sistema de direito internacional, e não simplesmente resolver conflitos entre nações, como fazia e faz a diplomacia clássica. Diferentemente de um Estado-nação, entretanto, o Sistema Global não tem como membros diretos os cidadãos – os ‘cidadãos do mundo’ são, por enquanto, apenas uma metáfora, apenas os Estados nacionais conferem cidadania –, nem é dotado de soberania. Hardt e Negri perceberam o surgimento do Sistema Global quando escreveram sobre o ‘império’, que para eles é também um sistema político.⁵⁶ Entretanto, talvez devido à perspectiva hegeliana e à denominação imprópria que adotaram, sua notável discussão e crítica do sistema os leva, afinal, a um conceito quase fantasmagórico do mesmo, e, por isso mesmo, difícil de compreender. Considero, entretanto, seu livro uma contribuição fundamental à compreensão do grande sistema político internacional que se constituiu no final do Século XX.

Esse Sistema Global engloba todos os demais, mas não é o mais poderoso, porque não é o Estado mundial. Ainda estamos longe dele. Não possui capacidade de tributar, e sua força militar depende das contribuições dos Estados nacionais. Talvez por essa razão alguns autores têm falado em ‘governança global’. Se governança é uma nova palavra para indicar que o governo de um país ou de uma organização não é exercido apenas pelos seus dirigentes formais, mas por toda uma série de atores sociais que participam interna e externamente e da organização, e se o mundo já pode ser pensado hoje como uma organização ou mais

precisamente como um sistema, podemos falar em governança global. Os dois dos principais autores dessa corrente, Held e McGrew entendem a governança global como constituída do conjunto de sistemas com poder de editar e implementar normas a nível global, regional e transnacional”,⁵⁷ o que é compatível com o nosso conceito de Sistema Global. Entretanto, os autores insistem na tese globalista, como inerente à ideia de governança global, e assim se equivocam. O fato de outras instituições organizacionais, além dos Estados nacionais, participarem do Sistema Global não os torna menos importantes. Conforme já vimos, ainda que mais interdependentes, como consequência da globalização as nações tornaram-se mais, não menos estratégicas, na medida em que elas são um agente fundamental na competição econômica generalizada que hoje existe entre as empresas. Eu acrescento agora que, no Sistema Global, pela primeira vez na história, temos um sistema em que os Estados-nação são a unidade básica que cobre todo o globo terrestre. Antes da sua formação, a terra estava coberta por Estados nacionais em formação, velhos impérios, povos de todos os tipos. Não havia uma unidade política básica que cobrisse praticamente toda a terra. Hoje, essa unidade existe: são os mais de 200 nações que constituem as nações Unidas. Mas essas unidades perderam a soberania, pode-se objetar. Esse é um tema que os juristas do direito internacional público têm discutido há muito. De fato, a soberania, na forma que foi originalmente concebida, não existe mais. Senão não haveria Sistema Global, senão os Estados-nação não seriam interdependentes. Mas sua perda relativa de soberania, que é tanto maior quanto menor e mais subdesenvolvido é o país, não significa que perderam relevância e caráter estratégico. Pelo contrário, nesse mundo interdependente e competitivo, em que um Estado-nação é hegemônico, o conceito de nação, a capacidade de agir por conta própria, de acordo com os interesses nacionais, é uma condição mais importante do que nunca para o desenvolvimento.

No Sistema Global a entidade mais poderosa são naturalmente os Estados Unidos, com sua enorme força econômica, militar, e cultural. Por isso mesmo são a potência hegemônica. Mas isto não significa que possam ser uma potência imperial, como a Grã-Bretanha o foi no Século XIX. Naquela época havia legitimidade política para o imperialismo. Hoje, depois da verdadeira revolução democrática que o Século XX representou, e depois da constituição do Sistema Global, tal legitimidade não existe mais. Ser poder hegemônico não significa ter todo o poder, nem significa ter autoridade para promover e manter a ordem por ele concebida, a ‘democracia’, em todo mundo. Os impérios se arrogavam a esse direito. Dominavam os demais povos, cobravam-lhes impostos, convertiam-nos à religião verdadeira. Hoje, no Sistema Global, não existe mais espaço para esse tipo de ação, como vimos na Guerra do Iraque. Ao desrespeitar as instituições do sistema, ao não receber o apoio do Conselho de Segurança das nações Unidas, os Estados Unidos, com seu poder militar, venceram o inimigo mas perderam a guerra. Saíram dela mais fracos, com menos capacidade de influenciar as demais nações e seus cidadãos do que tinham antes. Não souberam o que significa ser hegemônico, e diminuíram sua hegemonia. Que a hegemonia é compatível com um poder de pressão e de influência maiores, mas que esse poder tem que ser exercido politicamente, e que o recurso à violência militar só se justifica para guerras-polícia, em princípio apoiadas pelo Conselho de Segurança, ou, pelo menos, pela opinião pública mundial. Ao ignorarem esses fatos, ao agirem como um gigante fora do tempo, os Estados Unidos não se revelaram à altura de suas responsabilidades como potência hegemônica no Sistema Global, e aumentaram o grau de insegurança e incerteza de todos.

Democracia

Por que os Estados Unidos não se revelaram à altura de suas responsabilidades? Não existem explicações claras para esta pergunta, mas uma possível resposta talvez esteja no surpreendente atraso por que passa a democracia americana desde o após-guerra. Durante mais de um século, pelo menos desde que Tocqueville publicou sua análise clássica da democracia na América,⁵⁸ esse país foi o exemplo de democracia para o mundo, desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando assumiu papel hegemônico no plano mundial, viu seu sistema político enrijecer-se, perder representatividade, e se tornar cada vez mais incapaz de intermediar os interesses na sociedade americana e de responsabilizar seus políticos. A reeleição em 2004 de um presidente que aumentou a insegurança do mundo e reduziu o poder político do seu próprio país, que favoreceu os ricos e desequilibrou a economia americana, é uma indicação desse retrocesso. Desde a Segunda Guerra Mundial as instituições democráticas nos Estados Unidos estão paralisadas, existindo hoje um descompasso entre o desenvolvimento econômico e tecnológico do país e seu sistema político-institucional. As democracias europeias e, sob certos aspectos, a própria democracia brasileira, apesar dos índices de educação mais baixos de nosso povo, são mais capazes de garantir governos representativos e responsabilizados. Embora a ideologia dominante no país não admita o atraso, e insista no mito da democracia americana como exemplo para o mundo, muitos dos seus defensores reconhecem que existem problemas graves a serem enfrentados. Uma revista insuspeita nesta matéria, *The Economist*, por exemplo, afirmou em sua edição de 8 de setembro, que “a maquinaria da democracia dos Estados Unidos está rachando...” Enquanto o país mantém-se dinâmico no plano econômico, a paralisaria político-institucional é impressionante. O clássico sistema de ‘checks and balances’ ou pesos e contrapesos transformou-se em um processo de fragmentação política que imobiliza o Congresso americano. Por outro lado, a Constituição foi transformada em uma espécie de tabu, de maneira que o Congresso perdeu capacidade prática de reformá-la. Embora seja um documento desatualizado que precisa ser e acaba sendo reformado, sua reforma não ocorre em termos democráticos. Quem se encarrega da tarefa é um órgão respeitável mas burocrático ao invés de democrático – a Suprema Corte – que, além disso, não pode legislar, pode apenas dizer sim ou não para as questões.

No resto do mundo, entretanto, a democracia avançou. Em outros trabalhos, mostrei adotando um conceito mínimo de democracia, que a democracia moderna só se materializou historicamente no início do Século XX, quando afinal o sufrágio universal é alcançado, definindo-se, a partir de então, três formas históricas de democracia.⁵⁹ Durante toda a primeira metade do século, temos o primeiro estágio, ou a primeira forma de democracia – a democracia de elites ou democracia liberal, que Schumpeter analisou ainda nessa época.⁶⁰ Nesse tipo de democracia, elites competitivas disputavam eleições, mas não havia qualquer ideia de prestação de contas ou responsabilização. Após a Segunda Guerra Mundial, porém, principalmente nos países europeus que reformam suas instituições e função da própria guerra, e em parte também nos Estados Unidos, a democracia deixa de ser meramente de elites, e passa a ser uma democracia de opinião pública (ou plural, ou social-democrática). É de opinião pública porque agora os políticos são obrigados a prestar permanente atenção à opinião pública. Embora esta só consiga manifestar em questões muito importantes e gerais, e possa sempre ser manipulada, ela possui uma autonomia relativa que aumentou o poder do povo, dos cidadãos. É plural porque agora um número maior e mais variado de agentes políticos procura participar do processo político. É social-democrática, porque os políticos não têm outra alternativa senão implantar

em cada país um sistema de proteção dos direitos sociais, ou de bem-estar. A onda neoliberal tentou (e ainda tenta) reverter esta última característica, mas seu sucesso foi muito limitado.

Finalmente, já no final do século (e esta é a nota mais otimista deste ensaio), começam a surgir em diversos países sinais de transição para uma terceira forma de democracia, de democracia participativa e republicana. Isto decorreu, de um lado, do extraordinário aumento do número e importância das organizações da sociedade civil, mais precisamente, das organizações públicas não-estatais de advocacia social; e de outro, da inclusão, no sistema constitucional e legal de cada país, de um número crescente de dispositivos prevendo participação ou parceria com a sociedade. A democracia representativa foi sempre identificada com a democracia liberal e burguesa. E, de fato, durante o Século XIX, quando já temos o Estado Liberal, mas não se pode falar ainda propriamente de democracia, mesmo que se adote um conceito mínimo dela, a ideia de democracia representativa foi usada como uma forma de neutralizar o poder popular. Entretanto, quando afinal, no início do século XX, desapareceu o medo de que os pobres expropriassem os ricos quando se vissem com o direito ao voto, e a democracia se estabeleceu, continuava a não haver alternativa senão a de se usar a democracia representativa, dada a impossibilidade prática da democracia direta. Dessa forma, o problema do caráter por definição elitista da democracia representativa (afinal, o número de representantes é limitado, e é constituído sempre de uma elite de alguma natureza), parecia não ter solução. Entretanto, foi essa solução que começou ou está começando a ser encontrada quando organizações públicas não-estatais de advocacia política passaram a ter papel político crescente nas democracias modernas. Através de sua ação, a representação, embora não formalizada, e não legitimada propriamente, se exerce junto aos governos, em todos os seus, e principalmente junto aos políticos eleitos, que detêm a representação formal. Os neoliberais ou ultraliberais protestam contra o fato, argüindo que essas organizações não têm mandato. De fato, não têm mandato, nem poder formal. Este continua com os representantes. Mas como são milhares e milhares em cada país grande, complementam a representam, dão-lhe maior funcionalidade, e controlam melhor a ação dos servidores e dos serviços públicos. Denomino essa forma nova de democracia que está surgindo de participativa por motivos evidentes. Denomino-a também de republicana, não apenas porque os ideais republicanos vem ressurgindo em todo o mundo, e são cada vez mais objeto de análise da teoria política, mas porque a existência de participação política só é possível nos quadros teóricos do republicanismo. A perspectiva liberal extremada adota um conceito negativo de liberdade que, afinal, torna os cidadãos apenas donos de direitos, não de responsabilidades. Já a liberdade republicana, positiva, é a liberdade que o cidadão usa não apenas para proteger o auto-interesse, mas também para defender o interesse público. E quando ele assim age ele está sendo um cidadão republicano, dotado de virtudes cívicas. Não estou sugerindo, através desta análise, que já estejamos na fase da democracia participativa e republicana, mas não dúvida que muitos países, inclusive o Brasil, têm avançado nessa direção. Os teóricos políticos têm dado pouco importância a esse tipo de análise, preferindo dedica-se à ideia da democracia deliberativa.⁶¹ Entendo, entretanto, que embora o tema deliberativo seja de alta relevância no plano teórico, falta-lhe ainda condições de aplicação prática. Estamos ainda muito longe da democracia deliberativa. Mesmo da democracia participativa e republicana estamos também longe, mas neste caso já podem ser identificadas práticas e instituições que caminham nessa direção.

Além do progresso alcançado no plano das instituições democráticas, outra setor que avançou nesse período, contrariando a ideia de uma contrarrevolução, foi o da proteção ao meio ambiente. Os ambientalistas provavelmente protestarão contra essa afirmação, e fariam de

maneira preocupada sobre o aquecimento global, o aumento do buraco de ozônio, a destruição da floresta amazônica, a poluição dos mananciais de água potável. E estarão com a razão, como estarão com razão por se indignar com a recusa dos Estados Unidos de assinar o tratado de Kyoto. Entretanto, creio que terei razão em estar otimista, porque este foi um problema que os progressistas de todo o mundo tiveram êxito em colocar na agenda de todo o mundo. A grande virada aconteceu na conferência de Estocolmo das nações Unidas, em 1972, exatamente no mesmo momento em que em outros campos a roda da história começou a derrapar senão a voltar para trás. E os progressos desde então foram enormes, inclusive com a celebração do próprio tratado de Kyoto, que, em 2004, com a adesão da Rússia, ganhou vigência legal entre os signatários. A adesão dos Estados Unidos não foi necessária – o que não deixa de ser significativo.

Conclusão

Está na hora de concluir este ensaio, amplo pelo objeto, talvez amplo demais. Nele falei sobre a contrarrevolução do nosso tempo. Depois das revoluções utópicas dos anos 60, depois da explosão cultural e da busca de uma justiça maior daqueles tempos, entramos em um longo período de conservadorismo, de afirmação da ordem. O desenvolvimento técnico e científico, porém, não parou, nem mesmo a ideia de progresso foi esquecida. A democracia e a proteção ao meio ambiente experimentaram avanços importantes. Vivemos, nestes últimos 35 anos uma contrarrevolução porque os tempos foram conservadores, porque a razão muitas vezes deu lugar ao fundamentalismo e à violência, porque a renda se concentrou e a igualdade de oportunidades perdeu espaço. Em suma, porque o mundo perdeu em segurança e em justiça. E também porque as esperanças dos anos 60 eram muito grandes, e foram frustradas. O mundo ficou, portanto, mais desigual, mais inseguro, e desprovido de uma ideia de futuro, de utopias possíveis. Progrediu, entretanto no campo tecnológico e científico, no plano econômico, e nas questões ambientais. A única catástrofe desse tempo – o tsunami de 2005, que matou mais de 140 mil pessoas – foi uma catástrofe natural, não uma produzida pelo homem. Em sua luta pelo poder e pelo dinheiro, e na defesa tanto da ordem estabelecida quanto da sua subversão, a estratégia do medo é uma constante. Mas, como observou o grande poeta brasileiro Ferreira Gullar em uma crônica, “o que não se pode é perder a medida e pôr as pessoas em pânico, como se já estivesse tudo perdido”.⁶² As ações humanas são muitas vezes perversas e irracionais, mas já não é mais preciso ameaçar os homens o tempo todo com catástrofes ou com a condenação eterna para que eles vivam em sociedade e, afinal, defendam sua própria humanidade.

¹ Rouanet, Sérgio Paulo, “Globalização e Políticas Culturais”, Seminário Internacional sobre Cultura e Contemporaneidade, Universidade de Brasília, Brasília, 4 de novembro de 1999.

² Sartre, Jean Paul, *O Existencialismo é um Humanismo* (Lisboa: Editorial Presença, 1964 [1946]).

³ Touraine, Alain, *Critique de la Modernité* (Paris: Fayard, 1992): 238, 244-45 .

⁴ Os dois ensaios, embora escritos em 1968 e 1969 respectivamente, só foram publicados nos anos 70. Inicialmente, no livro *Tecnoburocracia e Contestação* (Petrópolis: Editora Vozes,

1972), livro que continha também o ensaio “A Emergência da Tecnoburocracia”. Mais tarde, em uma edição apenas com os dois ensaios iniciais, com o título em. *As Revoluções Utópicas* (Petrópolis: Editora Vozes, 1978). Esse livro foi recentemente reeditado com um prefácio que reproduz partes deste ensaio (São Paulo: Editora 34, 2005).

⁵ Nos países ricos, as taxas de criminalidade se mantivessem relativamente constantes, conforme se pode ver em Farrington, David P., Patrick A. Langan e Michael Tonry, “National Crime Rates Compared”. Londres: Bureau of Justice Statistics, outubro 2004. Esse trabalho compara oito países desenvolvidos entre 1981 e 1999.

⁶ Putnam, Robert D., *Bowling Alone: Collapse and Revival of American Community* (New York: Simon and Schuster, 2000), p. 16. É interessante notar, porém, que em um país como o Brasil, embora tenha havido também o desinteresse geracional pela coisa pública, o espaço público foi enriquecido por um sem-número de organizações cívicas ou organizações da sociedade civil. Por isso, provavelmente, enquanto a democracia, inclusive formas participativas de democracia, têm avançado, nos Estados Unidos a paralisia institucional e democrática parece clara.

⁷ Hirschman, Albert O., *Shifting Involvements*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1982.

⁸ Ehrenreich, Barbara, *Fear of Falling* (Nova York: HarperPerennial, 1990).

⁹ *The Economist*, “Meritocracy in America”, 1o de Janeiro de 2005: 22-24.

¹⁰ É fascinante como nesse filme os jovens personagens, no momento da revolução de maio de 1968, adotam primeiro uma atitude hedonista radical para, em seguida, passar para uma ação republicana igualmente radical.

¹¹ Para um defensor da pós-modernidade, Michel Maffesoli, o sentimento de precariedade da vida humana da pós-modernidade expressa-se essencialmente através do hedonismo, ou do sentido trágico, que ele considera a marca fundamental da pós-modernidade. Suas palavras: “É essa vaidade das ações humanas, esse sentimento de sua precariedade e da brevidade da vida que se exprimem, mais ou menos conscientemente, no trágico latente ou no hedonismo ardente próprios deste fim de século”. Maffesoli, Michel, *L’Instant Éternel* (Paris: Denoël, 2000): 29. O subtítulo de seu livro é “O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas”.

¹² Lipovetsky, Gilles (1993) “Postface” à segunda edição de *L’Ère du Vide* (Paris: Gallimard, 1993): 316.

¹³ Picasso, Matisse, Kirchner, Moore, Giacometti, Joyce, Fernando Pessoa, Drummond de Andrade, Lloyd Wright, Nyemeier, Stravinsky, Alban Berg, entre outros.

¹⁴ Hall, Stuart, “The Question of Cultural Identity”, in Hall, Stuart, David Held, Don Hub e Kenneth Thompson, orgs., *Modernity* (Oxford: Blackwell Publishers, 1996): 595-634.

¹⁵ Jameson, Frederic, “Posmodernism and Consumer Society”, in Foster, Hal, org. *Postmodern Culture* (Londres: Pluto Press, 1985[1982]): 111-125.

¹⁶ Habermas, Jürgen, “Modernity, an Incomplete Project”, in Foster, Hal, org. *Postmodern Culture* (Londres: Pluto Press, 1985[1981]): 3-15.

¹⁷ Um filme de grande beleza, no qual o diretor alemão, que é um apaixonado pelos Estados Unidos, mostra o caráter patético desse medo.

¹⁸ Chomsky, Noam, *The Common Good* (Monroe, Me: Odonian Press, 1998: 42-42).

¹⁹ Beck, Ulrich, *Risk Society* (London: Sage, 1992 [1986]); Giddens, Anthony, "Risk Society: The Context of British Politics", in Franklin, Jane org. *The Politics of Risk Society* (Cambridge: Polity Press, 1998): 23-34.

²⁰ Em seu discurso de posse para o segundo mandato, o presidente Bush voltou a declarar que "não nos consideramos uma nação escolhida", mas a simples preocupação em fazer essa afirmação, combinada com a insistência em defender a liberdade, e a declaração que "o grande objetivo de pôr fim à tirania é um trabalho concentrado que vai levar gerações", deixam claro esse caráter messiânico dos Estados Unidos. O que, afinal, não é tão surpreendente quando consideramos que esse país foi fundado por imigrantes puritanos que fugiam das perseguições religiosas na Inglaterra. Essa defesa básica das liberdades foi sempre um dos grandes ativos da grande nação, mas também é um de seus passivos quando o aspecto religioso e messiânico da busca da liberdade se manifesta.

²¹ Chomsky, Noam, *9-11* (Nova York: Seven Stories Press, 2002): 125.

²² Walzer, 1983. A grande qualidade deste livro é o de tratar o problema da justiça não de uma maneira normativa, como geralmente se faz, mas construir um modelo histórico e social que, indiretamente, mostra como é possível o progresso social.

²³ Washington e Nova York porque em Washington, além do governo americano, estão as duas principais agências internacionais controladas pelos Estados Unidos, que definem as políticas do Norte em relação aos países em desenvolvimento; e porque em Nova York está o centro financeiro do mundo, e os economistas que, atuando no sistema financeiro, representam os interesses privados dos principais bancos e empresas multinacionais.

²⁴ Venho fazendo a crítica sistemática da estratégia de crescimento com poupança externa (que denomino de Segundo Consenso de Washington) desde 2001. Essa crítica está hoje para o desenvolvimento da América Latina e, em geral, dos países em desenvolvimento, exceto os países dinâmicos da Ásia, como estava nos anos 40 e 50 a crítica da lei das vantagens comparativas do comércio internacional. Ver Bresser-Pereira, Luiz Carlos, "O Segundo Consenso de Washington e a Quase-estagnação da Economia Brasileira" (*Revista de Economia Política* 23 (3) 2003): 3-34, e Bresser-Pereira, Luiz Carlos, "Brazil's Quasi-stagnation and the Growth *cum* Foreign Savings Strategy" (*International Journal of Political Economy* 32(4) 2004): 76-102.

²⁵ Entrevista à *Folha de S. Paulo*, 3 de janeiro de 2005. O livro é Abramson, John, *The Broken Promise of American Medicine* (Nova York: HarperCollins Publishers, 2004).

²⁶ Com esta crítica não estou desqualificando o sistema de propriedade intelectual na área dos medicamentos, porque conheço seus efeitos positivos em termos de incentivo à inovação. Estou apenas afirmando que a redução dos recursos públicos e sua substituição por privados foi um erro. E entendo que o tempo de duração das patentes nessa área deveria ser reduzido sempre que houvesse, na pesquisa, participação de fundos públicos.

²⁷ Stigler, George J., "The Theory of Economic Regulation". In George J. Stigler, *The Citizen and the State* (Chicago: Chicago University Press, 1975[1971]).

²⁸ Della Cava, Ralph, “The Christian Right & The Republican Party”. Trabalho apresentado ao seminário “Religiões e Política, Instrumento para a Mudança ou para o Poder e a Violência”, Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 23-28 de Janeiro de 2003.

²⁹ Galbraith, John Kenneth, *The New Industrial State* (Boston: Houghton Mifflin Company); Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “A Emergência da Tecnoburocracia”. In Bresser-Pereira (1972) *Tecnoburocracia e Contestação* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972). Republicado em Bresser-Pereira, *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1981): 17-140.

³⁰ Galbraith, John Kenneth, “Ainda no Ataque”, entrevista à revista *Veja*, 15 de dezembro de 2004. Como sinal da mudança dos tempos, vale lembrar que em 1967 Galbraith publicava seu grande livro sobre os Estados Unidos, *The New Industrial State*, cit., onde a crítica se misturava com o orgulho pelas grandes realizações americanas. Em seu último livro, *The Economics of Innocent Fraud* (Boston: Houghton Mifflin Company, 2004), o clima é muito diferente.

³¹ Bresser-Pereira, Luiz Carlos, *Lucro, Acumulação e Crise* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1986).

³² Bresser-Pereira, Luiz Carlos, "Economic Reforms and Cycles of State Intervention" (*World Development*, 21(8) 1993): 1337-1353.

³³ Nogueira Batista Jr., Paulo, “Mitos da Globalização” (*Estudos Avançados* 12(32) janeiro 1998: 125-186).

³⁴ Wade, Robert, “Globalization and Its Limits: Reports of the Death of the National Economy are Greatly Exaggerated”. In S. Berger and R. Dore, orgs. *National Diversity & Global Capitalism* (Ithaca: Cornell University Press, 1996): 60-88.

³⁵ O mais brilhante deles é provavelmente Thomas Friedman com seu livro *The Lexus and the Olive Tree*, Segunda Edição (Nova York: Random House, 2000). O livro fundador dessa linha de pensamento foi provavelmente Ohmae, Kenich *The Borderless World* (New York: HarperCollins Publishers, 1990).

³⁶ São muitos esses críticos. Saliento apenas o livro básico sobre o tema, Chesnais, François, *La Mondialisation du Capital* (Paris: Syros, 1994).

³⁷ Habermas, Jürgen, “Tire la Leçon des Catastrophes? Rétrospective et Diagnostic d’un Siècle Encourté” [1998], “La Constellation Postnationale et l’Avenir de la Démocratie” [1998], e “État-nation Européen sous la Pression de la Mondialisation” [1999], in Habermas, *Après l’État-nation* (Paris: Fayard, 2000). No primeiro e no terceiro ensaio a preocupação com a Europa confunde-se com a globalização; no segundo, a preocupação maior está em estender a política democrática a um sistema em que o Estado-nação perde inelutavelmente autonomia. A ideia que, apesar da interdependência crescente, os Estados-nação defendam firmemente seus interesses principalmente econômicos é equivocadamente descartada por Habermas.

³⁸ McLuhan, Marshall, *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man* (Toronto: University of Toronto Press, 1962).

³⁹ A nação moderna surge com o capitalismo, justamente com o Estado. Enquanto a nação ou o Estado-nação é constituída pela sociedade existente em um território e pelo Estado que organiza sua ação coletiva, o Estado é a organização com monopólio da violência legítima e as leis que

edita. Discuti o conceito de Estado em *Democracy and Public Management Reform – Building the Republican State* (Oxford University Press, 2004). Sobre o conceito de nação ver Ernest Gellner, *Nations and Nationalism* (Ithaca: Cornell University, 1983); e Bauer, Otto, “A nação”, in Balakrishnan, Gopal, org. *Um Mapa da Questão Nacional* (Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000): 45-84.

⁴⁰ Sobre o tema, além de haver tido uma participação direta nas negociações da dívida através da ideia da securitização (transformação em títulos) da dívida bancária com um desconto, escrevi trabalhos entre os quais, Bresser-Pereira, Luiz Carlos, org. *Dívida Externa: Crise e Soluções* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1989), e Bresser-Pereira, Luiz Carlos "A Turning Point in the Debt Crisis" (*Revista de Economia Política* 19(2) abril 1999): 103-130. Neste segundo trabalho faço uma narrativa pormenorizada do episódio referido.

⁴¹ Chang, Ha-Joon, *Kicking Away the Ladder* (Londres: Anthem Press, 2002). Tradução para o português disponível.

⁴² Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Financiamento para o Subdesenvolvimento: O Brasil e o Segundo Consenso de Washington”; in Castro, Ana Célia, org., *Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I*, v.2 (Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002: 359-398); e Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Brazil’s Quasi-stagnation and the Growth *cum* Foreign Savings Strategy” (*International Journal of Political Economy*, 32(4) 2004: 76-102).

⁴³ Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção” (*Estudos CEBRAP*, n.º. 21, abril 1977): 75-110; Bresser-Pereira, "China e URSS, Estatismo e Socialismo" (*Cadernos de Opinião* n.º.15, dezembro 1979): 70-87. Ambos os textos foram reproduzido em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1981).

⁴⁴ Lange, Oskar, “On the Economic Theory of Socialism” (*Review of Economic Studies* 4(1) 1936): 53-71, e (4(2) 1937): 123-142; Lange, Oskar e F. M. Taylor, *On the Economic Theory of Socialism* (Minneapolis: Minnesota University Press, 1938).

⁴⁵ Bardhan, Pranab and John E. Roemer, orgs. *Market Socialism: The Current Debate* (Oxford: Oxford University Press, 1993).

⁴⁶ Bobbio, Norberto, *Destra e Sinistra* (Roma: Donzelli Editore, 1994).

⁴⁷ Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Crise e Renovação da Esquerda na América Latina” (*Lua Nova* n.º.21, outubro 1990): 41-54; Bresser-Pereira, Luiz Carlos & Fernando Dall'Acqua, "Economic Populism x Keynes: Reinterpreting Budget Deficit in Latin America". *Journal of Post Keynesian Economics*, 14(1) 1991:29-38; versão em português in Bresser-Pereira, org. *Populismo Econômico* (São Paulo: Nobel, 1991).

⁴⁸ Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo”, *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n.º.39, 1997: 53-71; originalmente publicado como “Social-Democracia e Esquerda no Fim de Século”. *Ideias e Debates* n.º.1, Instituto Theotônio Vilela, PSDB, 1996.

⁴⁹ Giddens, Anthony, “After the Left Paralysis”, *The New Statesman*, 1o. de maio, 1998; Giddens, Anthony, *The Third Way* (Oxford: Polity Press, 1998).

-
- ⁵⁰ Bresser Pereira, Luiz Carlos, *Reforma do Estado para a Cidadania* (São Paulo: Editora 34, 1998).
- ⁵¹ Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1999) "A Nova Esquerda: Uma Visão a partir do Sul", *Revista de Filosofia Política - Nova Série*, vol.6, 2000): 46-52.
- ⁵² Przeworski, Adam, *Capitalism and Social Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).
- ⁵³ Bresser-Pereira, Luiz Carlos, *Democracy and Public Management Reform – Building the Republican State* (Oxford: Oxford University Press, 2004).
- ⁵⁴ As organizações públicas não-estatais de serviço ou de advocacia política são geralmente chamadas de ONGs, organizações não-governamentais. A denominação é, entretanto, duplamente imprópria: porque confunde Estado com governo, e porque todas as organizações privadas, com fins de lucro ou de consumo, privadas portanto, assim como as organizações corporativas, que defendem interesses, são não-estatais; não são, todavia, públicas, ou seja orientadas para o interesse público, que é o que realmente define as ONGs ou, mais precisamente, as organizações públicas não-estatais.
- ⁵⁵ Discuti o Sistema Global em dois papers seqüenciais: Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Da Diplomacia do Equilíbrio de Poderes à Política da Globalização”, *Novos Estudos Cebrap*, 65, março 2003: 91-110. Bresser-Pereira, “O Gigante Fora do Tempo: A Guerra do Iraque e o Sistema Global”, *Política Externa*, 12(1) junho 2003: 43-62.
- ⁵⁶ Hardt, Michael e Antonio Negri, *Empire* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000).
- ⁵⁷ Held, David e Anthony McGrew, “Introduction”. In Held and McGrew, orgs., *Governing Globalization* (Cambridge: Polity Press, 2002): 1-25: 9.
- ⁵⁸ Tocqueville, Alexis de, *De la Démocratie en Amérique – Livre I: La Vie Politique* (Paris: Union Générale d’Éditions, 1963 [1835]).
- ⁵⁹ Bresser-Pereira, Luiz Carlos, “Why Democracy Became the Preferred Regime only in the Twentieth Century?” Paper presented to the III Conference of the Brazilian Society of Political Science, ABPC, Niteroi, July 29-31, 2002. Available in www.bresserpereira.org.br. Bresser-Pereira, *Democracy and Public Management Reform – Building the Republican State*, op. cit..
- ⁶⁰ Schumpeter, Joseph A., *Capitalism, Socialism and Democracy* (New York: Harper & Brother, 1942).
- ⁶¹ Entre as exceção cito dois autores: Souza Santos, Boaventura de, “Para uma Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”, in Jorge Wilhelm, Lourdes Sola e Luiz Carlos Bresser-Pereira, orgs. *Estado e Sociedade em Transformação* (São Paulo: Editora da UNESP, 1999): 243-272; Souza Santos, Boaventura de e Leonardo Avritzer (2002) “Para Ampliar o Cânone Democrático”, in Souza Santos, org., *Democratizar a Democracia* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002): 39-82.
- ⁶² Gullar, Ferreira, “Catástrofes”, *Folha de S. Paulo*, 9 de janeiro de 2005.